



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 747 - DE 31 DE AGOSTO A 13 DE SETEMBRO DE 2025 - R\$ 5,00



Estados Unidos apontam as armas para a Venezuela

*Organizar a resistência anti-
imperialista na América Latina*

*Defesa incondicional
da Venezuela!*

*A luta pela soberania nacional da nação oprimida
é parte do programa da revolução social*

Brasil sob ataque do imperialismo norte-americano
Toda força à constituição da frente única anti-imperialista!



85 do
assassinato
de Leon
anos Trotsky

87 da
fundação da
anos IV Internacional

Pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista!

Estados Unidos apontam as armas para a Venezuela

Organizar a resistência anti-imperialista na América Latina

Trump enviou destróieres armados de mísseis e protegidos por um sistema antimíssil à costa da Venezuela. Esse aparato bélico é acompanhado de quatro mil fuzileiros navais e marinheiros. Segundo o governo norte-americano, esse atentado à soberania da Venezuela se deve à decisão da Casa Branca de combater os cartéis de drogas na América Latina.

Trump decidiu que o narcotráfico se constitui de organizações terroristas. A caracterização de terrorismo foi aplicada às organizações que resistiram e resistem à opressão imperialista de armas em punho. Assim, se estabeleceu um critério de intervenção militar em qualquer parte do mundo. É bem conhecida as ações intervencionistas em países do Oriente Médio, Ásia e África. Agora, Trump pretende estender o braço armado norte-americano na América Latina criando uma figura inexistente que é o terrorismo dos cartéis.

A violência dos narcotraficantes não está voltada contra a dominação imperialista. Responde ao choque com o ordenamento legal dos Estados burgueses. Confundir a violência das organizações que resistem à violência dominadora das potências com a violência marginal dos cartéis é uma manobra visível e grosseira. Está aí por que o Brasil, pelo menos por enquanto, não aceitou assumir essa caracterização, tendo em vista o claro objetivo intervencionista dos Estados Unidos na América Latina.

Trump, porém, tem conseguido arrastar aliados para essa pantomina, como a Argentina, Paraguai, Equador e El Salvador. O cerco à Venezuela com os destróieres se insere no critério inventado pelo governo Trump de que a Venezuela é responsável pelos males do narcotráfico que atingem os Estados Unidos, o maior mercado consumidor de drogas.

Segundo o presidente republicano, o regime de Nicolás Maduro abriga o cartel Tren de Aragua. Nas palavras de Trump o “regime de Maduro não é um governo legítimo – é um cartel narcoterrorista”. É oferecida a recompensa de US\$ 50 milhões para quem entregar informações que permitam a prisão de Maduro. Em resposta, o governo venezuelano vem arregimentando voluntários para formar uma milícia com cerca de 4,5 milhões de combatentes. A fronteira com a Colômbia foi reforçada pelas Forças Armadas. São sinais de perigo real de uma intervenção dos Estados Unidos, embora pareça no momento inviável.

Nesse terreno, Trump se voltou ao México assinalando sua disposição de intervir contra o cartel de Sinaloa. A presidente, Claudia Sheinbaum, afastou a possibilidade de intervenção, uma vez que o México tem procurado colaborar com o seu vizinho imperialista.

É importante assinalar a ofensiva do imperialismo sobre o Paraguai. Um memorando assinado prevê a criação de um “centro antiterrorismo na tríplice fronteira” no Paraguai, o que envolve Argentina e Brasil.

O fundamental está em que os Estados Unidos lançaram uma operação contra a soberania da Venezuela. É necessário lembrar as ameaças de Trump em ocupar militarmente o Panamá. O motivo alegado, nesse caso, seria a influência da China

no Canal do Panamá e, secundariamente, a existência de um corredor de penetração de migrantes nos Estados Unidos. O governo panamenho se curvou, abrindo mão da soberania do país. Está completamente claro que a guerra comercial dos Estados Unidos no solo latino-americano vem acompanhada da militarização.

O Brasil não tem dado motivo para uma movimentação militar como a que vem sofrendo a Venezuela. No entanto, não deixa de ser parte do problema. É evidente que Trump tem por objetivo mudar o governo do Brasil. A via para alcançar essa meta continua sendo a das eleições. No âmbito da guerra comercial, a Casa Branca lançou ataques ao Estado brasileiro, acusando o Supremo Tribunal Federal de perseguir politicamente o ex-presidente Bolsonaro e seus aliados processados pelo envolvimento na tentativa de golpe de Estado. A direita, galgada nos governadores de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, cujo parentesco com a ultradireita bolsonarista é inconfundível, vem se apoiando na guerra comercial dos Estados Unidos para dirigir um polo da burguesia brasileira que está pela capitulação do Brasil.

A impotência do governo Lula em realizar de fato a defesa da soberania nacional é um fator favorável aos trumpistas brasileiros. A perspectiva é de que a crise econômica vai se agravar, aumentando a arregimentação da população por detrás da fração burguesa direitista e ultradireitista. Bolsonaro vai ser condenado, mas poderá se livrar da prisão no caso de um de seus acólitos ser eleito.

Tudo indica que não é mera coincidência o lançamento da operação policial contra o Primeiro Comando da Capital (PCC), em uma demonstração de que o governo Lula não está passivo diante dos cartéis da droga. Somente o PCC movimentou em quatro anos R\$ 52 bilhões. Soma essa que por si só indica o quanto o crime organizado penetrou em todas as esferas da economia e da vida social. Trata-se de um fenômeno antigo do capitalismo e que nas condições de sua desintegração emergem forças capazes de criar um mercado mundial bilionário de drogas. O flagelo dos entorpecentes, na realidade, é tão somente uma das faces terríveis da barbárie capitalista. É necessário denunciar e rechaçar a sua utilização pelo governo norte-americano para impulsionar a guerra comercial com a China e o intervencionismo militar na América Latina.

Nos marcos do conflito do Brasil com os Estados Unidos, veio à tona um dos problemas mais candentes, que é a disputa pelas fontes de matérias-primas. O Brasil está de posse de uma vasta riqueza de recursos naturais. Tudo indica que as reservas de lítio, níquel, cobre e as chamadas terras raras estão no centro da disputa dos Estados Unidos com a China. A questão da soberania nacional se tornará ainda mais aguda na medida em que a burguesia e o Estado brasileiro tenham de acatar as ordens de Trump e das multinacionais.

A defesa da Venezuela contra o cerco norte-americano faz parte da luta mais geral pela soberania dos países semicolônias da América Latina. A história tem demonstrado que as burguesias nacionais são incapazes de reagir à opressão impe-

CONTINUA →

rialista. Nesse quadro, se processa as crises políticas nos países latino-americanos, cujas particularidades não devem ser utilizadas para ocultar o caráter geral da desintegração capitalista no continente saqueado pelas potências.

Na situação presente, emerge a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. O Brasil é um dos países latino-americanos que se acha no centro da turbulência mundial. Eis por que o governo Lula tem sido atacado diuturnamente por suas declarações de condenação do genocídio na Faixa de Gaza e defender o fim da guerra na Ucrânia. Os acontecimentos põem às claras que a velha orientação de exercer uma diplomacia “pragmática” e “neutra”, permanecendo no meio das forças que polarizam, é uma ficção que se esvai nas condições de desintegração mundial do capitalismo, de guerra comercial e escalada bélica.

O Brasil se incorporou ao BRICS não simplesmente porque em seu governo está um representante do nacionalismo burguês. Mas sim, porque a ascensão econômica da China, impulsionada pelo processo de restauração capitalista, envolveu e continua envolvendo a economia brasileira. A ofensiva dos Estados Unidos na América Latina lembra a doutrina Monroe de 1823 em que o imperialismo decretou que o continente deveria estar sob a sua hegemonia.

Há muito, a bandeira de independência e soberania nacionais dos países latino-americanos passou para as mãos da classe operária e da maioria oprimida. As experiências do nacionalismo burguês e pequeno-burguês mostram sua caducidade diante da monumental tarefa de emancipar as nações oprimidas da dominação norte-americana e demais potências. A defesa da Venezuela depende inteiramente da luta do povo venezuelano e da unidade anti-imperialista da classe operária latino-americana.

Um passo que Trump der para esmagar a soberania da Venezuela servirá para impor as condições de sua guerra comercial e escalada militar aos demais países do continente.

A defesa da soberania nacional passou para as mãos da classe operária e da maioria oprimida, devido a que a única via para vencer as forças do imperialismo e da reação interna aos países latino-americanos é a da revolução social. A união dos explorados em defesa da soberania nacional implica que a direção revolucionária organize a frente única anti-imperialista. Essa é a tática para desenvolver e amadurecer a estratégia da revolução social, que por seu conteúdo de classe é proletária.

Diante do agravamento da crise mundial, o Partido Operário Revolucionário e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional lançam a seguinte carta à classe operária e aos demais trabalhadores.

Chamado aos sindicatos, movimentos e correntes políticas que se posicionam pela defesa da soberania nacional

Pela constituição de uma frente única anti-imperialista

Está claríssimo que Trump apertará ainda mais o cerco ao Brasil. É visível que pretende mudar o governo Lula por outro governo que seja completamente serviçal. Ataca diretamente o Judiciário para defender Bolsonaro e seus partidários. Exige que as leis e diretrizes norte-americanas se sobreponham às leis e diretrizes nacionais do Brasil. Pretende colocar o país sob sua política de guerra comercial, sua estratégia de escalada bélica e sua condução diante das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza, bem como nos choques que se desenvolvem no Oriente Médio. É patente que os Estados Unidos se preparam para uma guerra contra a China, de forma que procuram impor ao Brasil uma conduta de alinhamento aos interesses gerais da burguesia e do Estado norte-americano. Essa linha se aplica ao continente latino-americano.

Trump prepara uma maior intervenção na América Latina, utilizando-se da lei imperialista que tipifica os movimentos e correntes de defesa nacional de terrorismo. O envio de navios de guerra ao Caribe, apontando as armas para a Venezuela, não é apenas uma demonstração de prepotência diante da América Latina, mas uma séria demonstração de que está em curso uma operação de ataque à Venezuela, objetivando derrubar o regime nacionalista de Maduro.

Está claríssimo que Trump objetiva mudar as relações econômicas do Brasil em âmbito internacional. Bombardeia o

país com brutais tarifas para que reverta seu entrelaçamento econômico-comercial com a China. A aproximação com essa potência econômica da Ásia é considerada uma afronta aos Estados Unidos. O presidente republicano desconsidera completamente o fato de os Estados Unidos serem superavitários em suas transações comerciais com o Brasil. Desconhece que as multinacionais norte-americanas sempre contaram com a proteção do Estado brasileiro e que remetem importante parcela de seus lucros às suas matrizes. Prática comum das multinacionais alemãs, francesas, inglesas, japonesas, italianas etc.

A economia brasileira se formou submetida aos colonizadores e aos imperialistas. Como toda semicolônia, o Brasil padeceria do saque (e padece) e dos limites impostos desde fora pelos monopólios e pelo capital financeiro às suas forças produtivas. A guerra comercial não é desencadeada pelo Brasil, cuja participação na economia mundial não excede 1%. O deslocamento pendular da movimentação comercial do Brasil para a China em detrimento dos Estados Unidos se deveu à emergência da economia chinesa impulsionada pelo processo de restauração capitalista, que contou precisamente com os interesses do imperialismo norte-americano e das demais potências aliadas.

O problema para o Brasil está em que assumir as exigências dos Estados Unidos significa destruir as forças produtivas nacionais,

que são condicionadas pelas forças produtivas mundiais. As tarifas de Trump resultam precisamente em mutilação e regressão à economia brasileira. Está aí por que o eixo do conflito gira em torno à guerra comercial desfechada pelos Estados Unidos, sob o governo dos republicanos. A defesa real da soberania nacional implica combater e derrotar a ofensiva de Trump e aliados.

A burguesia brasileira é incapaz de travar esse combate. A fração agroexportadora e do capital financeiro se encontra em grande medida vinculada ao capital norte-americano. O capital financeiro do Brasil contraiu profundos laços de dependência. Do ponto de vista geral, os capitalistas nacionais historicamente se adaptaram e se subordinaram ao imperialismo norte-americano, que passou a comandar a América Latina. O nacionalismo burguês e pequeno-burguês se chocou com as imposições norte-americanas, mas foi incapaz de erguer os pilares da soberania nacional. O golpe militar de 1964, incentivado e apoiado pelos Estados Unidos, foi um dos acontecimentos mais significativos que demonstraram a fragilidade do nacionalismo encarnado por uma fração da burguesia interna.

A soberania formal mal esconde as raízes da ausência da real independência nacional. A reação do governo Lula, de parte do Congresso Nacional e do Judiciário contra a tentativa de Trump intervir em favor do ex-presidente Bolsonaro e de sua hoste golpista evidencia a existência de um limite da subordinação do Brasil ao poder norte-americano. Ao mesmo tempo em que a ultradireita se move em apoio e proveito das ações do imperialismo, expõe a fragilidade desse limite. Mas, do ponto de vista econômico, que, em última instância, determina o político-jurídico, a burguesia nacional se mostra impotente e tendente à capitulação.

A posição negociadora e voltada a ceder em parte às imposições de Trump, sem que esboçasse qualquer resposta de defesa nacional reflete a ausência de real independência. Cada um dos setores exportadores está voltado aos seus interesses particulares, em franca contraposição à organização de um movimento nacional de resistência e de contra-ataque à prepotência norte-americana.

O Plano Brasil Soberano concebido pelo governo Lula e pelos presidentes do Congresso Nacional limita-se a financiar os capitalistas que venham a perder mercado e a ter prejuízos. Os pequenos e médios exportadores são uma pequena fração dos valores negociados. Não se trata de um plano de defesa nacional, mas de particular proteção aos grandes exportadores atingidos pelo tarifaço. No fundo, significa aceitar passivamente o plano do imperialismo lançado desde Washington.

Os seus críticos, porta-vozes do grande capital, atuaram no sentido do governo desconhecer a Lei da Reciprocidade e abrir um canal de negociação com os Estados Unidos. O que implicava e implica ir a Trump com a disposição de aceitar os termos gerais de seu plano. Finalmente, o Plano Brasil Soberano expressou a posição de nem se contrapor aos Estados Unidos, nem aceitar sua imposição imperial. Essa escapatória foi uma confissão de impotência da burguesia brasileira e de seu Estado diante de um ditame francamente ditatorial. Em outras palavras, foi respondido ao governo norte-americano que o Brasil arcaria com a retaliação econômico-comercial e preservaria a soberania do funcionamento do Estado. Cálculos foram feitos, demonstrando que as consequências não serão devastadoras. Assim, se pretende dar tempo ao tempo e ver até onde o conflito aberto pelos Estados Unidos com Brasil poderá ser administrado. São esperados novos ataques anunciados pela investigação contra o Brasil pelo órgão Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), que listou seis pontos em que se misturam comércio, desmatamento, terrorismo e corrupção.

Algumas empresas decidiram demitir antes mesmo do governo apresentar o Plano Brasil Soberano. A Taurus anunciou que transferirá parte da produção para os Estados Unidos. A Vale e JBS se utilizam do lobby para defenderem interesses à parte. Essas são as condutas antinacionais dos capitalistas. Expressam de

maneira aberta que estão voltadas apenas para seus interesses. A pressão para que o Tesouro Nacional arque com as consequências dos ataques do imperialismo norte-americano e o governo busque negociações, que Trump tem se negado a realizar, reflete, em grande medida, a subserviência histórica da burguesia brasileira.

Bastou que o ministro Flávio Dino determinasse que a Lei Magnitsky não é aplicável ao Brasil, e que, portanto, se sobrepõe às leis brasileiras, para que os bancos corressem a questionar, alegando que têm negócios e que dependem dos Estados Unidos. Criou-se uma reação de porta-vozes do capital financeiro sob a alegação de que a decisão do ministro Dino vinha no sentido corporativo de proteger o ministro Alexandre Moraes, sancionado pelo fato de dirigir o processo contra Bolsonaro e bolsonaristas golpistas.

A atitude de empresários anunciarem a possibilidade de transferir a produção para os Estados Unidos, de recorrerem ao lobby e de banqueiros brasileiros se mostrarem propensos a acatar a lei norte-americana e o ultimato de Trump dão a dimensão do quanto a burguesia nacional está entranhada aos interesses e aos ditames do imperialismo. Essa dependência se encontra na base da impotência do governo Lula diante da vulgaridade e da arbitrariedade como Trump trata o Brasil. Em particular, diante da clara interferência na política interna brasileira e nas suas instituições.

O ministro da Fazenda Fernando Haddad propagandeou que o Plano Brasil Soberano servirá também para manter os empregos e proteger os trabalhadores. As direções das principais centrais e da maior parte dos sindicatos se valeram dessa fraude para apoiar o governo e se abrigar sob a bandeira demagógica de soberania nacional. Os capitalistas vão à procura de apoio do Estado, sabendo perfeitamente que continuarão com a liberdade de transferir fábrica, cortar setores da produção, recorrem à imposição de férias coletivas e de redução da jornada com redução salarial. Os exploradores estão protegidos pela contrarreforma trabalhista e previdenciária, bem como pela Lei da Terceirização.

Os assalariados vão pagar pelas consequências sociais da guerra comercial de Trump. Ou a classe operária e os demais trabalhadores reagem com seu programa e métodos de luta próprios, ou o imperialismo acabará impondo suas condições de dominação ao Brasil, à América Latina e a todos os países de economia atrasada e semicolonial. Está posta a luta unitária dos explorados contra a ofensiva dos Estados Unidos, contra as frações da burguesia entreguista e contra as forças políticas antinacionais. Trata-se de erguer um movimento anti-imperialista e anticapitalista, sob a direção do proletariado.

Nesse terreno, o Partido Operário Revolucionário (POR) chama as centrais, sindicatos, movimentos e corrente políticas que se colocam contra o intervencionismo dos Estados Unidos e pela soberania nacional a organizar a Frente Única Anti-imperialista. Que convoquem assembleias e reuniões sindicais e populares para aprovar as bandeiras fundamentais e constituir os comitês de frente única anti-imperialista.

Como ponto de partida, o POR apresenta as seguintes bandeiras e linha: 1) rejeição completa às imposições dos Estados Unidos; 2) defesa da soberania nacional; 3) expropriação, estatização e nacionalização das multinacionais e do capital financeiro; 4) controle operário da produção; 5) defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas; 5) estatização das empresas brasileiras que transferirem sua produção ou parte dela para os Estados Unidos; 6) expropriação dos capitalistas que apoiarem a ofensiva de Trump ou sabotarem a defesa da soberania nacional; 7) constituição de um Tribunal Popular para investigar, julgar e punir as forças políticas que servirem ao imperialismo, bem como determinar e vigiar a defesa das forças produtivas nacionais; 8) defesa incondicional da Venezuela contra os ataques dos Estados Unidos.

Na reunião de 17 de agosto, o Comitê Central do POR discutiu a situação nacional e internacional. Concluiu com a seguinte resolução:

Resolução do CC

Situação Nacional

1. O Plano Brasil Soberano – Trata-se de um plano de auxílio aos capitalistas, atingidos pelas tarifas de Trump, negociado com os partidos de centro-direita. Apesar da propaganda de que é um instrumento para a proteção aos empregos, na realidade, é de proteção às empresas, sejam nacionais ou multinacionais;

2. Incapacidade da burguesia de fazer a defesa da soberania nacional. Essa bandeira democrática só pode ser defendida pela classe operária em aliança com os setores oprimidos, em particular com o campesinato;

3. A fração de ultradireita bolsonarista é abertamente pró-imperialista. Negocia com o imperialismo norte-americano instrumentos para combater o governo Lula e o Judiciário, na figura de Alexandre de Moraes. As tarifas e as sanções (cassação de visto de alguns juízes e da família de Padilha) fazem parte da tática de desgastar a governabilidade de Lula e defender a anistia de Bolsonaro das acusações de golpe de Estado;

4. A fração centro-direita, representada pelo Centrão, usa o palavreado da soberania nacional, sem, contudo, atingir os Estados Unidos, tidos como um “parceiro histórico” de mais de uma século. Essa ala da burguesia não quer ser confundida com a fração abertamente pró-imperialista;

5. O governo Lula, por sua vez, está obrigado a capitular diante da fração centro-direita, que se opõe a qualquer medida contrária às tarifas de Trump. A Lei da Reciprocidade, aprovada no Congresso Nacional, ficou engavetada. A bandeira da unidade nacional foi a tática empregada para reunir setores da burguesia;

6. Uma fração da burguesia utiliza a grande imprensa e promove pesquisa fraudulenta para mostrar que Lula é o maior responsável pelas elevação das tarifas. Usa a pesquisa para forçar Lula a se sujeitar a Trump;

7. A burocracia sindical saiu em apoio ao Plano Brasil Soberano. Reforça sua política de negociata com os capitalistas, para supostamente proteger os empregos. Rejeita qualquer medida que possa mobilizar os trabalhadores contra o imperialismo e que afete o Plano de Lula. Sinaliza que a campanha salarial do segundo semestre deve estar assentada nas “negociações” com o patronato. Portanto, nada de atritar com os capitalistas, em particular esses que estão sendo subsidiados pelo governo;

8. Certamente, as consequências para a classe operária e demais trabalhadoras já estão sendo sentidas com as demissões e anúncios de fechamento de fábricas e transferência de empresas. A tática dos capitalistas é a de demitir antes de assumir a ajuda financeira;

9. Como se vê, o intervencionismo dos Estados Unidos sobre o Brasil não serviu para conter a crise política. A fração bolsonarista não dá trégua com a investida de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, o que implica um combate ao Supremo Tribunal Federal e sanções ao país. A ocupação dos bolsonaristas no Congresso Nacional foi desmontada por meio das negociatas entre o PL e o Centrão. Por sua vez, Lula está obrigado a se submeter ao Congresso Nacional oligárquico, para preservar sua governabilidade;

10. A bandeira da frente única anti-imperialista ganhou

maior concretude diante do intervencionismo norte-americano. Essa bandeira está em choque com o palavreado de soberania nacional do PT e da burocracia sindical. Isso por que se assenta no programa próprio da classe operária;

11. O partido faz a campanha exigindo que as direções sindicais convoquem as assembleias democráticas, para aprovar a luta em defesa dos empregos, salários e contra a flexibilização capitalista do trabalho. Diante do fechamento de fábrica, levantar a bandeira da ocupação, estatização e controle operário da produção. Diante do Plano Brasil Soberano, levantar a bandeira de nenhum subsídio aos capitalistas.

12. Também se discutiu a corrupção. As denúncias de corrupção envolvendo o presidente da Câmara de Deputados, o prefeito de São Bernardo do Campo e o presidente da Ultrafarma ganharam os noticiários. O partido tem a bandeira da convocação dos Tribunais Populares,

Situação Internacional

1. O plano de Trump de paz com anexação para pôr fim à guerra na Ucrânia está em discussão. Estão previstas as negociações com as potências europeias e Zelensky para a imposição da paz do imperialismo. O movimento de Trump em torno ao acordo de paz é de aceitação da impossibilidade da Ucrânia barrar a ofensiva militar da Rússia e da impossibilidade de continuar financiando uma guerra que está perdida;

2. O partido deve reforçar sua bandeira de unidade dos operários ucranianos, russos e europeus em defesa de uma paz sem anexação e por uma Ucrânia soviética;

3. Está sendo imposto plano anexionista de Israel de ocupação da Faixa de Gaza e aumento da colonização na Cisjordânia. Diante dessa investida, não tem havido esforço das potências que dizem defender os dois Estados na região. Por outro lado, os Estados árabes mantêm sua convivência com o Estado sionista, seguindo as determinações dos Estados Unidos para o Oriente Médio. Netanyahu continua de mãos livres para avançar o genocídio do povo palestino e a anexação. O que evidencia a força do capital sionista, ancorado no imperialismo;

4. O partido denuncia o pouco empenho das direções sindicais e correntes em promover as manifestações de rua contra o massacre na Palestina. Nossa bandeira de frente única anti-imperialista deve ser impulsionada, assentada na defesa de uma República Socialista da Palestina.

Conclusões: a) o avanço da desintegração do capitalismo; b) a política de Trump para assegurar a hegemonia dos Estados Unidos, obtida após a Segunda guerra mundial; c) a guerra comercial dos Estados Unidos visa atingir a China; d) potenciam as tendências bélicas; e) ressalta a crise de direção revolucionária do proletariado e a necessidade de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

O CC discutiu e aprovou os termos de um chamado à constituição da frente única anti-imperialista.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Agosto/2025 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Nota do Boletim Nossa Classe

Tarifaço de Donald Trump causa demissões e fechamento de fábricas

Somente a classe operária e os demais trabalhadores podem, por meio da ação direta, defender os empregos, salários e direitos!

A tarifa de 50% aplicada por Donald Trump a vários produtos brasileiros, já começaram a causar demissões e fechamento de fábricas.

A empresa americana ADM (Archer Daniels Midland), em três corações fechou sua fábrica de ração animal e demitiu mais de 900 operários. A Sudati anunciou a demissão de 100 trabalhadores de sua fábrica no Paraná. A BrasPine, que também atua no setor de madeira no Paraná, anunciou férias coletivas para 1,5 mil de seus trabalhadores. No final de julho, a Britânia Eletrodomésticos demitiu 860 trabalhadores em sua unidade localizada na Zona Franca de Manaus.

Os capitalistas descarregam o peso da crise nas costas da classe operária. Frente à guerra comercial e à intervenção dos Estados Unidos, a oposição burguesa ultradireitista liderada por Bolsonaro se mostra totalmente subordinada aos interesses de Donald Trump.

O governo de Lula, por sua vez, anunciou um plano de ajuda de R\$ 30 bilhões aos empresários. Não podemos ter a ilusão de que protegerá nossos empregos, salários e direitos. Somente nós mesmos com nossas forças podemos enfrentar as demissões e o rebaixamento salarial.

As burocracias sindicais ligadas à CUT e Força Sindical, principalmente, em vez de organizar a luta independente da classe operária contra as demissões e o fechamento das fábricas, fazem o jogo dos patrões, negociando os acordos antioperários de demissão por meio de PDV, Lay-Off, redução de salários e direitos.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a rechaçarem a linha traçada pelo governo e assumida pelas direções burocráticas e colaboracionistas, de unidade nacional com a burguesia, que não enfrenta o imperialismo. O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem as assembleias. Com as assembleias, podemos organizar coletivamente a luta.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário (POR), chama a classe operária e demais explorados a combater as demissões e o fechamento de fábricas, com a greve, a ocupação de fábrica e o controle operário da produção.

O ponto de partida é o da convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação da greve geral, em defesa do programa próprio de reivindicações.

Dia de Mobilização Nacional

As centrais sindicais estão convocando uma grande manifestação para o dia 7 de setembro, que se realizará na Praça da República, às 9 horas. O "Grito dos Excluídos" também ocorrerá nesse dia. Devemos unificar as manifestações.

O objetivo do Boletim Nossa Classe é o de combater os ataques do imperialismo norte-americano ao Brasil. Para isso, é preciso que as manifestações sejam independentes da burguesia e dos governos. Deve ser uma manifestação operária e dos demais trabalhadores completamente voltada à luta. Que o dia 7 de Setembro seja o ponto de partida para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua. É importante que todos os sindicatos organizem para que os trabalhadores participem e se unifiquem contra fechamento de fábricas, demissões, quebra de direitos e redução salarial.

O Boletim Nossa Classe convoca a classe operária e demais trabalhadores a lutarem com seu próprio programa, suas próprias reivindicações e suas próprias formas de luta.

Participe do

ENCONTRO

OPERÁRIO

Entre em contato: (11) 95446-2020
@massas.por

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!

30/8 • 17h Presencial

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

ACESSE O NOSSO SITE E REDES SOCIAIS ATRAVÉS DO QR CODE



Bridgestone não faz manutenção nas máquinas e mata mais um operário

Não foi acidente. Foi mais um crime dos patrões contra a classe operária

No dia 19 de agosto, o operário Daniel da Silva Saraiva, de 37 anos, operador, perdeu a vida quando trabalhava em uma máquina e foi atingido na cabeça por uma lâmina de corte. Operários que trabalham no setor denunciaram que já haviam avisado várias vezes para a chefia que a máquina estava com problema no corte, que há muito tempo enroscava, que a faca uma hora corta outra hora não corta, mas ninguém fez nada. Os patrões da Bridgestone e demais empresas para reduzir custos e não parar a produção não realizam a manutenção preventiva nas máquinas e linha de produção e, por isso, tem aumentado o número de acidentes de trabalho, mutilações e morte de trabalhadores.

A Bridgestone, como todos os patrões parasitas, só está preocupada em atingir suas metas de produção e em aumentar seus lucros. No primeiro semestre de 2025, por exemplo, a Bridgestone obteve um lucro de aproximadamente R\$ 8,62 bilhões. O presidente do sindicato dos borracheiros, Márcio Ferreira, em assembleia realizada no dia que o companheiro perdeu a vida, falou que durante seu mandato mais de nove operários já perderam a vida dentro da Prometeon. No entanto, se limitou a dizer que a empresa precisa ter mais responsabilidade no treinamento do trabalhador. O problema é que a direção do sindicato nada tem feito para organizar os trabalhadores no chão de fábrica para defender os empregos, salários e garantir condições seguras de trabalho, por isso os operários continuam morrendo na produção.

A segurança no trabalho e as medidas de prevenção devem estar sob o controle dos operários

A Bridgestone é a responsável pelos acidentes e mortes. Não podemos deixar a investigação dos acidentes na mão da empresa. Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe, que fazemos mensalmente, os companheiros nos param e denunciam a superexploração como a jornada estafante, os baixos salários, a terceirização e as péssimas condições de trabalho dos trabalhadores efetivos e terceirizados, que a Bridgestone contrata para reduzir o valor da força de trabalho.

O Boletim Nossa classe chama os operários a se organizarem no chão de fábrica para construir as Comissões de Fábrica de luta, independente, classistas e revolucionárias, e uma CIPA (Comissão Interna de Prevenção de acidentes), independente dos patrões e da burocracia sindical. Os operários devem tomar em suas próprias mãos o controle da fábrica e da produção, como única forma de acabar com os acidentes e mortes dos trabalhadores. Devemos ligar a luta pelas condições seguras de trabalho e as reivindicações vitais com a luta pelo fim do sistema de exploração capitalista e a construção de uma nova sociedade, socialista.

Durante distribuição do Boletim Nossa Classe na Bridgestone, o POR responsabilizou os patrões pela morte de operário

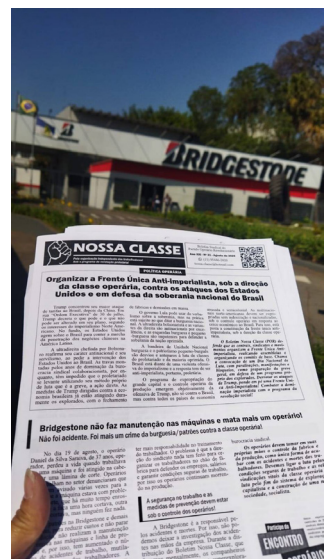
No dia 22 de agosto, ocorreu a distribuição do Boletim Nossa Classe na porta da fábrica Bridgestone de Santo André. Os trabalhadores foram receptivos, mas o clima era de tensão e pesar após a morte de um companheiro dentro da fábrica três dias antes. O Boletim Nossa Classe responsabiliza inteiramente os patrões da Bridgestone pela morte do operário Daniel da Silva Saraiva, caracterizando como mais um crime da burguesia contra a classe operária. Defende que a Segurança no Trabalho e as medidas de prevenção devem estar sob o controle dos operários. Chama os operários a construírem as comissões de fábrica de luta, independentes, classistas e revolucionárias, e a construírem uma CIPA independente dos patrões e da burocracia sindical.

Um jovem aprendiz relatou que aquele era seu último dia, pois, depois do acidente, decidiu sair. Sua fala expressa o medo e a insegurança que atingem principalmente a juventude operária, que não aceita mais jornadas extenuantes, direitos precarizados, sindicatos que não os representam e, sobretudo, a ameaça constante de morrer no trabalho. No entanto, a juventude oprimida se vê iludida com relações de trabalho ainda mais precárias, denominadas de empreendedorismo.

Durante a distribuição, um cipeiro declarou que “não bate de frente com os patrões”, mostrando a impotência da CIPA diante da pressão patronal, e o colaboracionismo das burocracias sindicais.

Outro operário alegou que na fábrica nenhum trabalhador pode se posicionar, e que o sindicato é um ninho de cobras, concluindo que cada um está por si. Essa percepção individualizante é reforçada por comentários que atribuem o acidente a um “descuido”, escondendo que o verdadeiro responsável é o lucro da Bridgestone.

A perda da consciência coletiva dos operários é fruto direto da traição das direções sindicais e da crise histórica das direções revolucionárias, que deixaram de organizar e politizar a classe operária, abrindo caminho para o individualismo e a submissão à patronal. **A classe operária precisa romper com o silêncio e o medo e retomar seus métodos próprios de luta — assembleias, comissões de fábrica independentes e ação direta — para exigir condições dignas de trabalho e impedir novas mortes. Só com organização independente e com uma perspectiva revolucionária será possível impor o controle operário sobre a produção e pôr fim a esse sistema que explora e mata.**



Campanha salarial metalúrgica

Organizar uma campanha em defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas

A data-base dos metalúrgicos do ABC é 1º de setembro. A dos metalúrgicos de São Paulo é 1º de novembro. O Sindicato Metalúrgico do ABC iniciou a campanha realizando assembleias na Itaerbra de Diadema e Ruspristeel de Ribeirão Pires. Nós metalúrgicos devemos exigir que a direção do sindicato convoque a assembleia geral. É com assembleia geral que aprovaremos as reivindicações em defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas. É com assembleia geral que teremos a unidade operária para enfrentar os capitalistas que não vão atender nossas reivindicações.

Sabemos que uma verdadeira campanha salarial exige as seguintes condições: 1) realização da assembleia geral; 2) pauta úni-

ca de reivindicação; 3) união dos operários de todas as fábricas; 4) preparar para a greve; 5) as negociações devem estar subordinadas à assembleia geral. A experiência das campanhas salariais anteriores nos mostra que a direção do sindicato faz exatamente o contrário. A divisão por fábrica ou por grupo enfraquece nossa força coletiva.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem da direção do sindicato que convoque imediatamente a assembleia geral. Não às negociações isoladas por fábrica ou grupo! Sim a uma campanha unificada e de luta baseada na assembleia geral!

Metalúrgicos de São Paulo

A direção do Sindicato Metalúrgico de São Paulo sabe perfeitamente que a campanha salarial desse ano será bem difícil. Deveria iniciar a campanha mais cedo, para emparelhar com a campanha dos metalúrgicos do ABC. O Boletim Nossa Classe sempre lutou pela unificação das campanhas do ABC e São Paulo. Quanto mais unida for a classe operária, mais força tem para usar a greve como instrumento de defesa das reivindicações.

O Boletim Nossa Classe faz um chamado aos metalúrgicos de São Paulo a se unirem à campanha salarial do ABC. Vamos exigir que o nosso sindicato convoque assembleia de preparação de nossa campanha.

São José dos Campos

Distribuição do Boletim Nossa Classe na General Motors

Na GM de São José dos Campos, mesmo não tendo acesso direto à maioria dos operários na portaria, a aceitação do Boletim Nossa Classe pelos operários aumenta a cada dia.

A agitação com faixas e bandeiras do POR colocadas na portaria e alambrado chamou a atenção dos operários. A militância se posicionou na entrada e ofereceu o boletim aos operários que entravam nos carros e aos motoristas dos ônibus.

O Boletim faz a campanha por um programa de reivindicações dos trabalhadores e pela constituição da Frente Única Anti-impe-

rialista, sob a direção da classe operária, para combater e derrotar os ataques dos Estados Unidos e em defesa da soberania nacional.

Nessa luta contra o fechamento de fábricas e em defesa dos empregos e salários, o Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos e centrais convoquem as assembleias e organizem um movimento unitário dos explorados.

Operários, apoiem o Boletim Nossa Classe! Toda força à organização da classe operária!

São Paulo

Miserável salário dos operários químicos

Organizar com o Nossa Classe para mudar essa situação

De acordo com a convenção coletiva publicada pelo Sindicato dos Químicos - SP, o salário bruto dos trabalhadores varia entre R\$ 2.186,28 (empresas até 49 funcionários) e R\$ 2.242,62 (empresas com 50 funcionários ou mais). Esse salário é de fome. De acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo para manter uma família com quatro pessoas deveria ser de, no mínimo, R\$ 7.416,07. Assim, o atual piso salarial nem de longe é suficiente para atender todas as necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias. Nesse sentido, os operários devem exigir que o Sindicato convoque uma

assembleia geral para aprovar a luta para que todos os trabalhadores ganhem um salário-mínimo vital, com escala móvel de reajuste, ou seja, aumenta os preços, aumenta automaticamente os salários. Quando reivindicamos um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter nossas famílias, a burguesia/patrões logo vem com a conversa fiada de que não podem pagar. Mentira. Na verdade, os patrões não querem reduzir o lucro que obtém com a exploração da força de trabalho. No sistema de exploração capitalista que vivemos, a luta de classes entre a burguesia/patrões e a classe operária é permanente. Os patrões procuram de todas

as formas reduzir salários e direitos para aumentar seu lucro, a extração de Mais-Valia. Por exemplo. Com duas ou menos horas de trabalho um operário produz um valor suficiente para o patrão pagar todo o seu dia de trabalho. Portanto, se ele trabalha 8 horas, tudo que ele produzir nas 6 horas restantes serão mais-valia, será lucro para o patrão. Por isso, ao lutar pelo aumento de salário e direitos, os operários se chocam diretamente com os interesses dos patrões. Isso é a luta de classes. Lutar por um salário mínimo vital,

portanto, significa defender a vida da classe operária, que produz toda a riqueza da sociedade e a colocar fim ao sistema de exploração capitalista.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a entrar em contato com o NOSSA CLASSE e a participar do Encontro Operário para construir as comissões de fábrica de luta, classista e revolucionárias em todos os sindicatos.

Formação política do Nossa Classe

Posição do POR frente às eleições e ao parlamento burguês

A tática eleitoral do POR está subordinada ao método da ação direta e lhe serve apenas de auxiliar no combate por unir as massas sob a estratégia da revolução proletária, educá-las e elevar sua consciência socialista. Está subordinada à defesa do programa de destruição do Estado burguês. O POR participa das eleições apenas quando as massas têm ilusões nas promessas dos partidos burgueses. Utiliza as eleições, que é uma tribuna burguesa, como uma tribuna revolucionária, chamando as massas a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas e no parlamento burguês. Chamando as massas a acreditarem em suas próprias forças, em seu método próprio de luta, que é a greve, a ocupação das fábricas, a insurreição armada das massas. Portanto, aos métodos que levar à destruição do Estado burguês e a constituição do governo operário camponês, a ditadura do proletariado.

As experiências mais bem-sucedidas foram as dos bolcheviques na Rússia. A intervenção dos revolucionários serviu para aju-

dar o proletariado e os camponeses a verificarem que as eleições e o parlamento não passam de formas de dominação de classe capitalista. A experiência mais nefasta de adaptação ao parlamento burguês foi o da social democracia alemã, que traiu a classe operária e demais explorados ao apoiar a burguesia alemã durante a primeira guerra.

É preciso combater sem trégua os partidos burgueses e os partidos oportunistas, ditos “socialistas”, que enganam as massas, chamando-as a votar em seus candidatos prometendo melhorar sua condição de vida. Também se deve combater o sectarismo que nega por princípio a intervenção do partido revolucionário no parlamento burguês. Os explorados somente se libertarão definitivamente das cadeias da democracia burguesa quando constituírem seu próprio partido operário revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo e a construção do socialismo.



ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO DO METRÔ DE RECIFE!

ROMPER AS ILUSÕES GOVERNISTAS EM LULA/ALCKMIN!

OS METROVIÁRIOS DEVEM CONFIAR APENAS EM SUAS PRÓPRIAS FORÇAS, NA UNIDADE E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE. ESSE É O CAMINHO CAPAZ DE LEVAR À VITÓRIA!

POR UMA FRENTE ESTADUAL DEMOCRÁTICA E COMBATIVA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES!

LUTA!

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

ENTRE EM CONTATO: (11) 95448-2020 @massas.por

Pernambuco

Governo Lula avança na privatização do Metrô Recife

Sindicato mantém linha governista de apelo a Lula e negociação de acordo coletivo especial (ACE)

No dia 21 de agosto, os metroviários de Recife se reuniram em assembleia. Esta não foi massiva, menos de 15% da categoria esteve presente. Durante os encaminhamentos foram apresentadas duas propostas para a votação: manter o estado de greve (da diretoria - PCdoB e independentes) e aprovar a paralisação até Rui Costa e Raquel Lyra receberem a categoria (articulação metroferroviária - PT e independentes). Foi aprovada a manutenção do estado de greve. Também foi apresentado pela direção sindical um calendário de atividades, que inclui uma audiência pública em Brasília no dia 23 de setembro, com uma caravana. Até lá, não há nenhuma expectativa de se concretizar uma greve.

Apesar dos discursos da diretoria sindical contra a privatização, os trabalhadores foram levados a acreditar que não há nada mais a fazer a respeito, restando negociar um acordo mais vantajoso para as demissões voluntárias e preservação de empregos de alguns após a concessão. A linha do Boletim Nossa Classe (publi-

cada a seguir) foi debatida na assembleia, com diretores independentes afirmando que estão fazendo uma campanha de denúncia e exigência. Nota-se também que o grupo da gestão anterior (PCdoB e PT) se mantém dividido após as eleições sindicais, como o PT impulsionando a oposição articulação metroferroviária. A categoria acaba se alinhando em torno às direções existentes, sem conseguir forjar uma fração classista independente no movimento.

Sem se chocar com o governo Lula, fazendo apelos e negociações institucionais, a privatização vai avançando. No último dia 27 o ministro Rui Costa afirmou que em duas semanas estará pronta a estadualização da Metrorec, como uma etapa da privatização. Se depender da governadora Raquel Lyra (PSD) a entrega da empresa estatal ao capital estrangeiro será efetivada rapidamente. O BNDES liberará os recursos na ordem de R\$3,3 bilhões para efetivar o negócio.

Estiveram presentes na assembleia várias organizações políticas, como o PCBR, MRT, PSTU, CSP-CONLUTAS, PCR, PCdoB, UNE, UEP e RP. O presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA) foi convidado a fazer uma fala, contando a experiência “bem sucedida” de ACE durante a privatização dos aeroportos da Infraero, durante sua fala alguns metroviários gritaram que isso era uma mentira. O ACE é uma engrenagem fundamental na privatização.

A luta contra a privatização não está perdida, o que está perdido é o caminho da conciliação e ilusão de negociação com a burguesia

Apenas a luta pode pôr fim às privatizações. O POR combate as ilusões e defende a constituição de um comitê democrático e combativo, capaz de agregar todos os dispostos a lutar contra a privatização. É urgente uma greve ativa e mobilizada e que as centrais e demais sindicatos se coloquem em luta contra os ataques do governo Lula aos trabalhadores e constituam uma frente única anti-imperialista.

Pronunciamento do POR

Boa noite, companheiros metroviários, e metroviárias, eu falo em nome do Boletim Nossa Classe. E a gente está aqui para manifestar o nosso mais profundo apoio e disposição de estar junto nessa luta contra a privatização do metrô e que ela seja vitoriosa. Não basta a gente vir aqui dizer que somos contra a privatização. A gente precisa colocar os nossos cérebros, os nossos braços, as nossas pernas a serviço dessa reivindicação e, para isso, a gente precisa fazer um balanço da luta que nós temos até o momento, e o que a gente precisa fazer daqui para frente.

Eu tenho visto com preocupação que apesar de ter muitas ações que a categoria está fazendo junto ao sindicato - na última quinzena estava tendo muita atividade: teve ato de rua, teve paralisação, o ato na visita do presidente Lula cobrando. Mas eu vejo que, ainda, o tom é de ilusão no governo. A campanha ainda é “presidente, você vai mesmo privatizar?”. Alguém aqui tem dúvida de que a resposta, se depender do governo Lula e Alckmin, é “SIM”? Desde 2023 a gente viu isso. Em 2022, tinha aquela ilusão “vamos eleger Lula e ele vai impedir a privatização”, não era isso que era falado? Já no governo de transição ele participou da privatização do metrô de BH. Quem concluiu a privatização do metrô de BH, em março de 2023, foi o governo Lula, foi começado por Bolsonaro e por Zema, mas foi o Lula que concluiu. Então está claro que ele vai privatizar se depender dele. Então, não adianta mais a gente ficar perguntando para o governo

se é isso mesmo. É importante saber que o governo traiu essa categoria, prometeu que não ia privatizar e depois, logo em seguida, não retirou a CBTU e a Trensurb do PND. Essa categoria fez greve, cruzou o país, porque acreditava que o Lula não sabia que era uma coisa do Rui Costa. E chegou em Brasília e voltou frustrada, voltou indignada, porque o presidente deu as costas para a categoria.

E o que a gente faz com isso? Vai continuar perguntando? Vai pagar outdoor no caminho do Lula para saber o que ele mesmo já tá fazendo? O caminho é de convencer a categoria a confiar na sua força coletiva, nos seus métodos de luta. O caminho é atrair essas centenas de milhares de trabalhadores que usam o metrô e a juventude a lutar com a gente. Qual o caminho para a gente fazer isso? É preciso um comitê democrático! É muito bom que foi criado uma frente estadual, mas a gente não tá chamados públicos, para todo mundo que quiser lutar dar ideia “quero fazer uma atividade no meu bairro, na minha escola, estar junto lá”. Não tem isso. A gente precisa de um comitê democrático, uma frente democrática e combativa. E vai ter que preparar uma greve forte. Esse problema não é um enfrentamento só com o governo Lula, que está dando continuidade a uma política de outros governos, é um enfrentamento com o imperialismo, é para pagar a dívida pública que eles vão privatizar o metrô.

E a gente quando teve a questão do acordo coletivo especial (ACE) nós viemos aqui nessa Assembleia e fizemos um alerta, porque o acordo coletivo especial, ele não dá garantias para a categoria. A privatização é justamente para demitir os trabalhadores que têm salários mais altos e mais direitos - e não é luxo não, é um pouquinho melhor de quem está na iniciativa privada - e nivelar por baixo. Então, tem sentido ele privatizar e manter emprego e direitos? NÃO VAI. A ACE no máximo vai proteger alguns e por muito pouco tempo. Esse ACE que foi assinado tem validade até o fim de 2026. Outro que vier vai ser o que, mais dois anos? A gente vai ficar negociando isso? Privatiza, mas tenta proteger um ou outro? Ninguém pode ficar para trás! A gente sabe que tem alguns setores da categoria que não vão ser contemplados. Então é hora de dedicar todas as nossas energias à luta contra a privatização. Combater a privatização com os métodos dos trabalhadores, preparar uma greve ativa e mobilizada. Não vai ser suficiente parar e ficar em casa, se parou o trabalho a gente vai ter de usar todo esse tempo para convencer a população de que esse discurso privatista não vai levar a nada, vai piorar os serviços. E a gente conversa com a população, também, lembrando da importância da defesa dos empregos, porque não estamos falando só da defesa dos trabalhadores metroviários de hoje. Tem aqui jovens que defendem o metrô e que tem que ser a futura geração de metroviários da CBTU pública!

Viva a luta pela empresa pública! Viva a luta pelos empregos! Abaixo a privatização do metrô! Até a vitória, companheiros!

Publicamos abaixo o Boletim Nossa Classe distribuído na Assembleia.

Ainda há tempo de impedir a privatização do metrô do Recife

Construir a greve ativa e mobilizada, exigir das centrais que atuem para unificar as lutas, democratizar a frente estadual contra as privatizações

Companheiros metroviários, a luta contra a privatização do metrô, em defesa dos empregos e direitos está em um momento decisivo. Falta pouco para o governo federal anunciar o leilão. Nós do Boletim Nossa Classe consideramos fundamental analisar os passos dados até o momento e avaliar o melhor caminho para barrar esse profundo ataque do governo Lula/Alckmin. Não temos tempo a perder.

Na última quinzena, houve ações de mobilização importantes das quais destacamos o ato com os urbanitários no dia 06 de agosto contra as privatizações do Metrô e da Compesa e a paralisação de 24h e ato na visita do presidente Lula e Recife. A reunião de representantes do sindicato com a ministra do Planejamento Ester Dweck e o ministro da Casa Civil Rui Costa não altera em nada o rumo da privatização. A fala do Senador Humberto Costa (PT) após a reunião traz mais do mesmo: reafirma os planos privatistas (que eles chamam de escolha da “modelagem”) e ilude dizendo que mesmo com a privatização, empregos e direitos dos trabalhadores serão preservados.

A direção sindical tem mantido iniciativas de mobilização e comunicação, mas é importante analisar qual é o conteúdo dessas ações, método e para onde está levando a categoria.

A ação de comunicação tem sido centrada no apelo a Lula para que “cumpra sua promessa”. Outdoors são colocados por onde o presidente passa pedindo para não privatizar, perguntando se o presidente vai mesmo privatizar, etc. A foto escolhida nesses painéis é de um Lula sorridente e amistoso. A resposta do governo Lula já foi dada e não deixa espaço para dúvidas: se depender de Lula/Alckmin, o Metrô de Recife será privatizado dentro do atual mandato. É preciso que o tom da campanha de comunicação e mobilização seja outro, não de dúvida e súplica, mas sim de denúncia e chamado à ação coletiva dos trabalhadores em geral.

Romper as ilusões governistas

Há tempos que o Boletim Nossa Classe alerta a categoria para os danos causados pela ilusão em promessas vazias. Primeiro prometeram que bastava eleger Lula para retirar a CBTU do Plano Nacional de Desestatização (PND). Dinheiro do sindicato chegou a ser usado para financiar materiais de campanha, conforme informação do próprio presidente. Nas assembleias de 2022, o Boletim Nossa Classe alertou a categoria que Lula continuaria as privatizações junto com seu vice Alckmin, que privatizou várias linhas do metrô de São Paulo. Dito e feito, antes mesmo de ser empossado, o governo de transição autorizou a conclusão da privatização do Metrô de BH, uma obra iniciada por Bolsonaro e concluída por Lula/Alckmin. Lula não cumpriu sua promessa e os metroviários deflagraram uma importante greve que mostrou a disposição de luta da categoria, porém muito marcada pela ilusão de que Lula não estava ciente e que o problema era dos seus ministros. Uma caravana cruzou o país e o presidente deu as costas para os trabalhadores que voltaram extremamente decepcionados.

No balanço da greve promovido pelo Nossa Classe, os trabalhadores relataram como foi danoso que ex-dirigentes sindicais do mesmo grupo da direção atual tenham assumido o lado da empresa, enfraquecendo o movimento coletivo. Notou-se também que as Centrais Sindicais não agiram para quebrar o isolamento e juntar com outras categorias que também estavam sofrendo com a privatização e destruição de direitos e que os vínculos dos partidos que estavam à frente do Sindicato, PCdoB e PT (que depois se dividiram) com o governo limitaram a radicalidade e a força da greve. Ou seja, o governismo da direção enfraqueceu a luta coletiva.

Depois da greve, não se garantiu uma mobilização contínua e uma ação junto à população trabalhadora. Assembleias aprovaram a criação de um comitê contra a privatização do metrô, mas nunca houve uma convocatória ampla para construir esse organismo. Para piorar, foram alimentadas promessas de que as reuniões com políticos trariam uma boa notícia, basta lembrar as ilusões semeadas de que o governo anunciaria a sonhada retirada do metrô do PND em abril de 2024, o que nunca se cumpriu.

Acordo Coletivo Especial: proteção aos trabalhadores ou peça da engrenagem privatista?

Na sequência, o sindicato direcionou sua política para a aprovação do Acordo Coletivo Especial (ACE), prometendo garantir a estabilidade e proteger os empregos. Nós, do Boletim Nossa Classe, nos vimos no dever de alertar a categoria de que a “proteção” do ACE de nada valeria, pois tinha a validade de 2 anos, ou seja, até o fim de 2026, mesmo período do leilão de privatização previsto pelo BNDES. A conversa dos sindicalistas é que poderia haver uma renovação ainda no governo Lula. Se isso se confirmar, no máximo, haverá mais alguns anos de emprego para alguns trabalhadores. O ACE, portanto, não é capaz de impedir as demissões e a destruição de postos de trabalho que deveriam ser ocupados por novas gerações de metroviários. Pior, o ACE foi uma engrenagem fundamental para que o processo de privatização prosseguisse. Em março, de 2025, foi publicada a Resolução CPPI nº 324 em que o governo federal autoriza a estadualização e privatização do metrô.

Mesmo com toda a certeza da política privatista e traidora do governo Lula, que dá continuidade às privatizações de FHC, Temer e Bolsonaro, a direção do sindicato segue publica outdoors perguntando “Lula, teu governo vai privatizar o Metrô do Recife?”. A resposta de Lula já foi dada, é SIM. Agora quem tem que falar são os trabalhadores e a sua linguagem é a luta coletiva. A ação nas redes sociais, as articulações políticas e jurídicas são apenas auxiliares. Ainda está ausente a mobilização dos metroviários e demais trabalhadores. É urgente democratizar a Frente Estadual contra as Privatizações, com chamado amplo e democracia, atraindo todos aqueles que querem contribuir com a luta. O Estado de greve permanente, aprovado em maio, não tem sido suficiente para mostrar a força da categoria, é preciso ampliar a mobilização para construir uma greve real.

O Boletim Nossa Classe chama os metroviários a confiarem em suas próprias forças, na unidade e independência de classe. Esse é o caminho capaz de levar à vitória!

Confiar na unidade dos trabalhadores em defesa dos empregos, direitos e salários

Não se pode trocar a ilusão nas promessas de Lula e seus defensores no meio sindical por um desânimo e descrédito na luta. Pelo contrário, a necessária perda das ilusões deve abrir espaço para a luta consciente. O Metrô de Recife é um patrimônio do povo, não podemos permitir que seja entregue para o capital estrangeiro lucrar. Precisamos denominar com clareza quem são os inimigos dos trabalhadores: a política privatista emana da opressão do imperialismo contra nosso país. Se o metrô for privatizado, cairá nas mãos de monopólios estrangeiros, com fartos recursos públicos a serviço do lucro. Os governos de plantão, seja o de FHC, Lula, Dilma, Temer ou Bolsonaro, apesar de suas particularidades, servem à burguesia. A continuidade da política privatista demonstra que apesar dos atritos com Trump, o governo Lula é incapaz de se apoiar na mobilização das massas para confrontar o imperialismo. Pretende acabar com a empresa pública para destinar mais recursos ao pagamento da dívida pública e favorecer os grandes capitalistas.

Lutar de forma consciente significa reconhecer quem é capaz de impedir a privatização. Somente os trabalhadores unidos podem manter a CBTU pública, arrancar do governo os recursos para melhoria e expansão do metrô, defender os empregos salários e direitos. Lutar de forma consciente significa estudar cada método

de luta, se preparar para a contraofensiva da burguesia e seus governos e avançar até a vitória.

Por uma Frente Estadual contra as privatizações democrática e combativa!

A unidade com os usuários e demais trabalhadores é decisiva, é preciso exigir que as Centrais Sindicais cumpram o seu papel de centralizar as lutas da classe operária, por exemplo: unir as lutas contra a privatização da Compesa, as demissões na Copergás, a destruição de direitos, em defesa dos empregos, salários e direitos. A unidade tem que acontecer de baixo para cima. Mais de uma assembleia dos metroviários deliberou pela construção de um comitê contra a privatização, mas não vemos esse chamado ecoar entre os trabalhadores e juventude e suas organizações. Apesar de existir uma frente contra as privatizações não há nenhum chamado aberto para suas reuniões. A luta só será forte se a participação

for construída por meio da mais ampla democracia. O apoio dos trabalhadores e juventude precisa ser ativo!

Somente a força da categoria, em unidade com os demais trabalhadores, é capaz de impedir a privatização

A força dos trabalhadores não tem como ser mostrada pelas redes sociais, controlada pelas “big techs”. A força dos trabalhadores não tem como ser mostrada nos tribunais, no parlamento ou nas reuniões em gabinetes governamentais. Essa força só se torna visível quando irrompem as grandes manifestações de rua, as greves, os bloqueios de avenidas e rodovias. A luta contra a privatização do metrô é parte das tarefas de uma Frente Única Anti-imperialista que tem que ser erguida contra os ataques de Trump mas também contra as medidas entreguistas do governo Lula.

Rondônia

Balanço da greve dos trabalhadores em educação do estado

A greve foi a demonstração da forte disposição de luta em defesa das reivindicações e do método próprio dos explorados

A greve dos trabalhadores em educação foi deflagrada no dia 6 de agosto, envolvendo as 11 regionais do estado. O movimento grevista levantou-se em defesa das reivindicações, que se arrastam desde a reeleição do governador direitista Marcos Rocha/União Brasil.

A insatisfação da base, diante da negativa do governo, apesar de suas promessas de campanha, era muito grande. Soma-se a isso, havia uma enorme desconfiança em relação à política da direção do sindicato, principalmente em relação à participação nas mesas de negociação com o governo. As negociações vinham desde 2023, mas não passavam de enrolação.

Por outro lado, a maioria da categoria vinha indicando a greve nas assembleias. No entanto, a direção do Sintero fazia o jogo de sempre adiar, com o argumento de que ainda não havia esgotado o canal de negociação. O que levava ao descontentamento da parcela da categoria que estava consciente de que a negociação era distraconista e que o governador usava essa mesa de negociação para ganhar tempo.

A direção do sindicato não pôde contornar a situação, porque não havia nada de concreto para barrar a greve. Assim, na assembleia de 6 de agosto, os trabalhadores da educação deram um basta à política da direção do Sintero e se colocaram pela deflagração imediata da greve. Em pouco dias, a greve ganhou força, crescendo em todo o estado.

As ações da greve foram bem aguerridas nas diferentes regionais, sobretudo nas maiores como a Zona da Mata composta de sete município, que realizou um buzinaço no centro comercial da cidade até chegar ao local da ocupação da superintendência da regional da educação. Movimentos como esse ocorreram em outros locais, o que permitiu a adesão da parcela de contratados emergenciais que ainda estava indecisa sobre a justeza da greve.

O crescimento da greve levou ao enfurecimento do governador, que passou a criminalizar o movimento. Iniciaram as ameaças sobre os grevistas e sobre a direção do sindicato. Isso por que na

segunda semana de greve o movimento chegou a 80% de adesão dos trabalhadores de educação. Além das ações ameaçadoras do governador, havia também uma forte campanha de desmobilização feita pelos dirigentes de um sindicato que tem como sigla Sindicato dos Técnicos Educacionais de Porto Velho – SINTAE, que ainda está se constituindo, mas que já é um forte aliado do governador Marcos Rocha. Para isso, fez campanha nas mídias e pedindo que os servidores não aderissem à greve, alegando que o governo já tinha atendido às reivindicações.

A divisão do Sintero ocorreu com a criação de outros sindicatos dos trabalhadores da educação. O Sintero surgiu em 1989, abrange todos os servidores de educação do estado nas três esferas federal, estadual e municipal, com mais de 22 mil filiados. No início dos anos 2000, um grupo de professores do PCdoB cindiu o Sintero e criou um sindicato somente de professores, excluindo os demais trabalhadores da educação, obtendo a carta sindical em 2016. Na ocasião, a Corrente Proletária criticou a cisão do Sintero e defendeu a unidade dos trabalhadores da educação em um único sindicato.

Dois sindicatos, Sintae e o Sinprof, assim, passaram a falar em nome dos trabalhadores da educação. Apresentam ao governo uma pauta separada da do Sintero. O Sintae realizou, no decorrer da greve, uma campanha sórdida contra o Sintero, conclamando seus filiados a não aderir à greve. O Sinprof continuou com as negociações com o governador e se colocando como os legítimos representantes dos professores do estado.

Com esse aliados, o governo se sentiu fortalecido para esmagar a greve e os grevistas. Recorreu à Justiça para punir grevistas, os diretores e o sindicato. A greve foi criminalizada. Foi imposta a gigantesca multa de 50 mil reais para o sindicato, 2 mil reais para cada diretor, 400 reais para cada grevista e a proibição do comando de greve entrar nas escolas. A direção do Sintero foi chamada para uma conciliação entre governo e a Justiça. A ameaças chegaram ao ponto de prometer arrancar a carta sindical caso a greve não fosse encerrada.

A direção do sindicato, em vez de apoiar na força do movimento grevista, cedeu às pressões e assinou o acordo, que previa a suspensão das multas e punições aos grevistas, bem como, a retirada das faltas. Como parte desse acordo de suspensão da greve havia uma cláusula de que não realizaria greve no restante desse ano e durante o ano de 2026.

A CEP/POR interveio em todas as assembleias que antecederam a greve, criticando as mesas de negociação e assinalando o caminho da greve. Durante a greve, trabalhou pela vitória do mo-

vimento junto às escolas, nos atos e assembleias. Divulgou vários Boletins em defesa da unidade da greve com outros trabalhadores. Criticou a campanha dos outros sindicatos para desmontar o movimento grevista. E ressaltou a importância da greve ser ativa, com manifestações diárias nas ruas. Nesse momento, realiza esse breve balanço com o objetivo de reunir os trabalhadores da educação que despontaram na greve, no sentido de constituir uma oposição classista, de luta e independente dos governos.

Paraíba

X CONSINTEFPB

Burocracia sindical usa paridade de gênero para barrar participação de delegados para o Congresso do SintefPB

Durante o mês de agosto, foram realizadas as assembleias de base para eleição de delegados, suplentes e observadores para o X CONSINTEFPB – instância máxima do SintefPB, seção do Sinasefe –, que acontecerá de 4 a 7 de setembro em Campina Grande. Será estatuinte e nele serão debatidas, além de questões estatutárias, as teses de Conjuntura, Educação, Opressões, condições de trabalho.

Esse sindicato dispõe de uma assembleia especial para os campi onde não há representação local (chamadas de coordenações municipais), todos os campi nessa situação participam pela chamada Assembleia Multicampi, que desde o último Congresso de 2022 já havia sido oficializada como remota, sob a justificativa de que reuni vários campi, espalhados por todo o estado. Em 14 de agosto de 2025, nossa militância participou da assembleia especial, com fala no ponto de Conjuntura e candidatura para delegado no referido Congresso. Havia cerca de 10 pessoas presentes, incluso 2 servidoras aptas à candidatura. Com o número de presentes, podia-se eleger dois delegados e os dois únicos candidatos foram homens. Nenhuma mulher manifestou interesse. Foi usado a paridade como cláusula de barreira. No contexto de adaptação que toda seção do Sinasefe é obrigada a fazer desde que no ano passado, o Congresso nacional passou a adotar que as vagas não ocupadas por mulheres na paridade devem ficar em vacância e não podem ser ocupadas. Assim a assembleia elegeu apenas um homem delegado, um único delegado de sete campi.

Vemos assim que a paridade de gênero não significa, necessariamente, que mais mulheres participam dos fóruns sindicais, mas que é utilizada para impor uma barreira à participação e construção do sindicato. Os defensores da paridade não fazem trabalho de base junto às mulheres para que participem ativamente do sindicato. Para isso, seria preciso convocar as assembleias presenciais que discutissem os problemas que afetam as mulheres, como a falta de creches nos locais de trabalho, a jornada de trabalho que as esmaga diariamente e o salário que vem sendo archoado diariamente. Assim, a paridade de gênero mostrou mais uma vez que serve à burocratização do sindicato.

Por isso, a Corrente Proletária-POR é contra esta cláusula de barreira no sindicato. Reconhece os problemas enfrentados pelas mulheres nos IFs, mas não será a divisão dos trabalhadores que dará resposta, é preciso enfrentar as raízes da opressão às mulheres, o capitalismo. O sindicato é um instrumento de luta histórico do conjunto das trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e homens, que enquanto classe oprimida deve se organizar e se levantar por suas reivindicações, defendendo o emprego, salário e direitos, contra os ataques da burguesia e de seus governos. A CPE-POR não participará do X CONSINTEFPB com delegados, mas como observador, além da preparação de banca e panfletos.

São Paulo – ABC

Ato pelo Dia Nacional de Luta da População de Rua em São Bernardo do Campo

Reformismo perpetua a opressão

O ato realizado no espaço do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em alusão ao Dia Nacional de Luta da População de Rua, escancarou as contradições que perpassam a luta por direitos no Brasil. De um lado, a presença de quem vive e resiste diariamente nas ruas, denunciando a precariedade dos serviços de acolhida, a ausência de políticas efetivas de moradia, saúde e trabalho, e a exclusão sistemática que o Estado lhes impõe. De outro, os limites impostos por setores que tentam enquadrar essa luta dentro de marcos reformistas e domesticadores. O sindicato, que cedeu o espaço, participou com fala do vice presidente, que citou ações pontuais de solidariedade, como o episódio de acolhida de moradores de rua em 2022

Representantes do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e do Ministério do Trabalho e Emprego estiveram presentes. A

fala do representante do MDHC, um ex-morador de rua, destacou a urgência de romper com a lógica assistencialista e avançar para políticas estruturantes — emprego, moradia e saúde. Essa fala, forte e contundente, deu um tom de verdade às reivindicações. Mas o ambiente revelou também a dificuldade de lidar com críticas reais: quando os próprios moradores de rua presentes expuseram a precariedade dos serviços e a negligência do poder público, houve desconforto entre organizadores. Um deles, principal articulador do evento, chegou a elogiar o governo municipal — justamente quando a prefeitura de São Bernardo encontra-se sob o peso de um escândalo de corrupção que levou ao afastamento do prefeito dias antes do evento.

A presença do ABComitê Regional Unificado em Defesa da Palestina lembrou que a luta dos oprimidos é internacional: o mesmo

sistema que condena milhares a viverem nas ruas é o que financia massacres na Palestina, intervenções no Haiti, guerras por petróleo e minerais na África e a pilhagem de toda a América Latina. O imperialismo, dirigido pelas grandes potências, mantém países como o Brasil em posição subordinada na economia mundial, o que reforça internamente um modelo de desenvolvimento excludente: paga-se a dívida pública aos bancos internacionais enquanto milhões vivem sem teto, sem emprego e sem direitos.

A assistência social, nesse contexto, cumpre uma função clara dentro do capitalismo dependente: administrar a pobreza e conter a revolta. Ao oferecer respostas paliativas sem questionar a estrutura que gera a miséria — a exploração do trabalho, a concentração fundiária, a especulação imobiliária e a submissão aos interesses

imperialistas —, ela preserva a ordem que produz a população em situação de rua.

Romper com essa lógica exige mais do que propostas reformistas: requer organização independente dos explorados e oprimidos, unindo quem vive nas ruas, quem sofre com o desemprego e quem enfrenta a opressão em qualquer lugar do mundo. A luta por moradia, trabalho e dignidade no Brasil está ligada à luta do povo palestino por libertação, à resistência haitiana contra as intervenções estrangeiras, às batalhas de trabalhadores africanos e latino-americanos contra a pilhagem de suas riquezas. Só uma frente única internacionalista, anti-imperialista e anticapitalista poderá enfrentar a raiz da opressão: um sistema global que transforma vidas em mercadoria e países inteiros em colônias a serviço do capitalistas.

São Paulo - ABC

Grupo de Estudos da Cultura Operária discute a necessidade de recuperar cultura operária

O Grupo de Estudos da Cultura Operária (GECO) se reuniu no dia 25 de agosto, na Livraria da Editora da Universidade Federal do ABC (UFABC). Os presentes destacaram que a cultura operária está ligada ao processo de trabalho e à luta de classes, sendo uma forma coletiva e proletária de lidar com as questões, e que possui diversos aspectos, sejam históricos, políticos, geográficos etc. Exemplificou-se que os sindicatos e as assembleias nasceram como criação da classe operária em resposta à exploração capitalista do trabalho.

Foi discutido o retrocesso na cultura política da classe operária e sua relação com a crise de direção revolucionária. Sindicatos operários que possuíam representatividade e funcionavam como centros de cultura operária, com constante conscientização sobre a luta de classes, hoje, com direções sindicais corrompidas, que abandonaram a luta proletária, funcionam baseados em jogatinas, como um caça-níquel. Ações políticas proletárias como “demitiu, parou” ou “fábrica fechada, fábrica ocupada” foram abandonadas. Esse retrocesso se aprofundou nos últimos anos com o avanço das contrarreformas (trabalhista, terceirização), que ampliaram o

corporativismo e o individualismo na lógica do “cada um por si”. Assim, os operários estão desorganizados e à mercê das posições políticas da classe dominante e da burocracia sindical.

A nota “Bridgestone não faz manutenção nas máquinas e mata mais um operário! Não foi acidente. Foi mais um crime da burguesia/patrões contra a classe operária!” publicada no boletim Nossa Classe foi lida e discutida pelos presentes. Uma militante porista informou sobre a distribuição do boletim na Bridgestone, destacando que alguns operários se mostraram revoltados com a morte do companheiro no trabalho. Outro operário chegou a mostrar as sequelas do acidente do trabalho. A discussão concluiu com a colocação da importância da constituição das comissões de fábrica, independentes do patronato e contrária à política das direções sindicais, que é de conciliação de classe.

Por fim, destacou-se a importância de voltar às origens, resgatando e aprofundando a cultura operária, o que passa pelo fortalecimento do Boletim Nossa Classe e do trabalho operário como um todo, no sentido de elevação da consciência de classe.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

CAMPANHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE CONTRA AS DEMISSÕES E OS ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO



Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vencer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado

Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO 2023

NOSSA CLASSE



R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

Balanço da greve nacional dos petroleiros

Capitulação da direção da FUP impõe derrota ao movimento

Duas experiências: a greve dos petroleiros de 1995 e a de 2020



POR Partido Operário Revolucionário

MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Solidariedade ao Jones, contra a derrubada de suas contas e em resposta a ameaças de morte

No início do mês de agosto, Jones Manoel (youtuber, dirigente do PCBR), teve sua conta cassada. O banimento de suas contas na Meta, monopólio mundial no ramo de redes sociais, nos sites do Facebook e Instagram, se deve a razões políticas.

Este banimento foi mais uma dentre várias contas de esquerda que já foram interrompidas temporariamente. Podemos destacar, em janeiro, o banimento do canal no Youtube AND, A Nova Democracia, segundo o Google por suspeitas com atividades terroristas e, em julho, da conta no Instagram do jornal A Verdade, banida sem explicações. No dia 8 de agosto as contas de Jones retornaram, mas ficou em aberto a possibilidade de a qualquer momento suas

redes serem novamente derrubadas sem nenhuma razão aparente.

Esse episódio reafirma o caráter antidemocrático das redes sociais controladas pelo capital monopolista. Por isso, esse terreno nunca deve ser o central em uma organização política revolucionária, apenas complementar e subordinada. Os partidos de esquerda que ganham enormes audiências não baseiam sua política na organização classe operária pela via da luta de classes. O que não elimina a necessidade da luta democrática contra as perseguições políticas pelos órgãos de repressão do Estado burguês e pelos monopólios da comunicação. O POR defende a livre expressão do PCBR e demais organizações de esquerdas perseguidas.

As Big Techs aprofundam relações com o governo Trump

Desde a vitória do Trump na presidência dos Estados Unidos ficou nítido o movimento das big techs em seu apoio e em aliança com setores do complexo militar-industrial. A aliança do Elon Musk, mesmo que abalada posteriormente, é parte de uma movimentação mais geral para tornar as Forças Armadas “mais inteligentes e letais”, segundo o próprio comunicado do Exército dos EUA. No fim de junho, foi anunciado que quatro altos executivos de grandes empresas de tecnologia (dentre elas a Meta e OpenAI) foram incorporados ao Exército de Reserva dos Estados Unidos, com patentes de tenente-coronel.

A tendência geral é de se recrudescer a escalada bélica por todo mundo, fazendo o Vale do Silício e suas empresas voltarem à origem, como o braço tecnológico das forças militares do imperialismo. O entrelaçamento do capital monopolista e o Estado capitalista se mostra por inteiro nas disputas por uma nova partilha do mundo, sobretudo no acesso aos minérios e outros recursos naturais necessários aos setores de tecnologia.

As guerras em Gaza e na Ucrânia nos dão indícios como será a guerra entre potências, uma guerra que combina as novidades tecnológicas com a completa barbárie social. Na Ucrânia o uso de drones na guerra foi provada como eficaz e em Gaza “inteligências artificiais” são usadas para monitorar críticos do sionismo e localizar possíveis alvos denominados como terroristas. O atentado terrorista de Israel no Líbano, com a explosão dos paggers, deixando 9 mortos e 3 mil feridos, mostra que todo aparelho vinculado a essas empresas de tecnologia pode ser usado não só como “espião”, mas também como arma.

Novos pacotes de intervenção estatal foram aprovados na gestão trumpista, entre eles se destaca um direcionado às empresas

de inteligência artificial, no montante de 500 bilhões de dólares. Anunciado em janeiro deste ano e, mais recentemente, em junho, o orçamento das Forças Armadas dos Estados Unidos ultrapassará, pela primeira vez, 1 trilhão de dólares. Essa corrida armamentista obriga todas as empresas a se adaptarem a essa nova realidade e desenvolverem novas tecnologias para a guerra.

As redes sociais não são o campo de atuação próprio da política proletária, mas sim da burguesia. As redes sociais devem ser uma extensão agitativa para os métodos históricos de mobilização da classe operária e das massas. Usar as redes como principal porta-voz das ideias é condená-las ao mando e desmando da burguesia. É fundamental compreender que as redes sociais, não são um território seguro para o debate de ideias, considerando o controle dos “algoritmos” determinados por interesses políticos e econômicos do capital financeiro, armazenar a memória do movimento operário e os dados disponibilizados, quando necessário, serão usados contra a militância de esquerda.

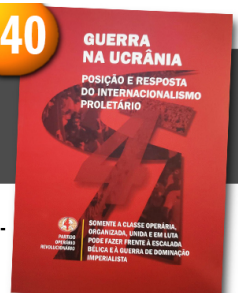
É fundamental preservar e desenvolver a concepção leninista do partido revolucionário. O trabalho legal e ilegal, aberto e clandestino, encarnado por quadros de militantes que dedicam suas vidas à revolução – verdadeiros revolucionários profissionais, que se guiam única e exclusivamente pela convicção programática e teórica do marxismo – está provado historicamente que é a única via para a vanguarda com consciência de classe se tornar dirigente dos explorados. Por mais radical que sejam as ideias expostas nas redes sociais, ao serem transformadas em meio para organizações virtuais, estarão na contramão da concepção marxista-leninista do partido da revolução proletária.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$40



A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

**do Partido
Operário
Revolucionário****1989
2025**

Notas sobre os 36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

Iniciamos no jornal Massas 743 a exposição sobre os 36 anos do POR. Reproduzimos o documento “O que é o POR”, que sintetiza os fundamentos programáticos iniciais da fundação do

partido em 1 de julho de 1989. No Jornal Massas 744, apresentamos o percurso dos Congressos e Conferências. No Massas 745, reproduzimos algumas formulações do I Congresso, que marcaram o

desenvolvimento do partido. No Massas 746, expusemos, em linhas gerais, o II Congresso realizado em 1 e 2 de junho de 1991. Agora, cuidaremos do III Congresso, de 9 e 10 de janeiro de 1993.

III Congresso

Embora no I Congresso o POR tenha sido fundado sobre uma base programática, coube ao III Congresso aprovar a primeira versão do programa, que será aperfeiçoado no XII Congresso, em 2014. Já havia dado os primeiros passos organizativos, quando o III Congresso assumiu conscientemente a tarefa de aplicar o Programa de Transição da IV Internacional nas condições particulares do desenvolvimento histórico do Brasil. Reivindica o programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. O vínculo do POR com o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) deu-lhe a perspectiva e a fisionomia do programa internacionalista. Reconheceu a gravidade da crise de direção e o imperativo de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Sobre essa base geral, o III Congresso aprovou o programa, dividido nas seguintes partes: I – A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário; II – Brasil: país capitalista semicolonial; III – As classes sociais e o proletariado revolucionário; IV – O fracasso histórico do nacional-reformismo; V – A estratégia da revolução e ditadura proletárias; VI – O método e tática da revolução proletária; VII – A aliança operária e camponesa e a frente única anti-imperialista; VIII – Construir o Partido Operário Revolucionário; IX – Reconstruir a IV Internacional – Brasil parte da revolução mundial.

Por se tratar de notas sobre os 36 anos do POR, destacamos e abreviamos algumas formulações. O que limita, certamente, a compreensão geral da importância do programa.

I – A caracterização de que o capitalismo da época imperialista é um regime econômico em decomposição. “Sobrevive por métodos violentos e bárbaros. (...) É um sistema econômico e social historicamente esgotado. Está em choque permanente com a vida das massas e com as tendências objetivas do proletariado de protagonizar a revolução socialista mundial. (...) A disputa imperialista pelo controle territorial mantém-se viva. (...) A luta revolucionária anti-imperialista assume a defesa das nações oprimidas contra a reação mundial. A defesa da autodeterminação dos povos se projeta concretamente contra o intervencionismo imperialista, como no Iraque, Iugoslávia, Cuba etc. (...) Para criar as condições à revolução proletária nos países capitalistas e a revolução política

nos países dominados pela burocracia estalinista, é fundamental a defesa da autodeterminação. (...) O esgotamento das possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas na União Soviética e no Leste Europeu, sob a direção da ditadura estalinista e sob o esmagador domínio mundial da economia capitalista em crise, rompeu o equilíbrio burocrático anterior e impulsionou o processo de restauração capitalista. (...) O socialismo nacional constituiu-se em uma utopia reacionária, cujos resultados foram a política de derrota do movimento operário internacional e a abertura da via de restauração capitalista na União Soviética. (...) O triunfo completo da restauração depende da liquidação da propriedade dos meios de produção estatizada, fator fundamental para se estruturar organicamente a burguesia interna, entrelaçada com o imperialismo. A fragmentação do Estado operário degenerado, ou seja, a república da União Soviética, expressou a bancarrota da estrutura burocrática de opressão nacional e as tendências restauracionistas. (...) A caracterização dos revisionistas do trotskismo de que o Estado operário degenerado já é capitalista falseia o problema em andamento. Conduz à negação de que ainda se coloca a defesa da revolução política, cuja essência está na destruição do poder da burocracia estalinista e das forças pró-imperialistas que se fortaleceram nos últimos tempos e da retomada da democracia operária, baseada no internacionalismo revolucionário. (...) A impossibilidade do capitalismo conter as catástrofes engendradas por suas contradições comprova que as premissas objetivas para a revolução proletária mundial estão dadas. (...) A construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil tem por objetivo estratégico a revolução socialista mundial, que pressupõe reconstruir a IV Internacional.

Como se pode verificar, nesse momento avançava a crise mundial e no seu interior o processo de restauração capitalista dava saltos. O POR, seguindo a linha do CERQUI, considerava que se tratava de um processo inacabado, em que as conquistas fundamentais do proletariado russo com a Revolução de Outubro de 1917 ainda se mantinham. Essa parte do programa evidencia uma limitação ao não expor o significado histórico da liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ocorrida em dezembro de 1991, pouco mais de um ano antes da realização do III Congresso do POR.

II - Essa parte do programa se dedica à caracterização do Brasil como país capitalista semicolonial. O que determina, particular e

objetivamente, o caráter da revolução e estabelece as suas tarefas. “O Brasil como integrante da economia mundial, ocupa um lugar de país semicolonial. Faz parte da maioria das nações quanto à condição de dominadas e oprimidas pelo imperialismo. As suas forças produtivas estão condicionadas ao desenvolvimento desigual da formação capitalista mundial. A hegemonia do capital financeiro e monopolista das metrópoles se sobrepõe a elas e as limita. O sistema universal capitalista – por não ser a simples soma de economias nacionais independentes, mas sim uma unidade que sobrepassa as fronteiras das nações e condiciona os mercados nacionais – carrega a contradição intrínseca de não poder resolver a insuficiência de desenvolvimento das semicolônias, enquanto que as metrópoles acumulam um extraordinário excedente de riqueza e capacidade de produção. A unidade desigual e combinada se desenvolve e se mantém sob o controle imperialista das forças produtivas mundiais. O avanço da industrialização e dos mercados nacionais ocorre em uma relação de interdependência, na qual a supremacia do capital financeiro é determinante. Um dos países semicoloniais mais desenvolvidos da América Latina, como o Brasil, tem uma participação ultrarrestrita no mercado mundial e uma boa parcela de suas exportações está sob o controle das multinacionais. Por mais que a burguesia nacional possa se utilizar das contradições interimperialistas para impulsionar o desenvolvimento, não vai além de alguns passos e não pode romper com a dependência direta ao capital internacional financeiro”. (...)

“A revolução proletária é a ruptura histórica necessária para superar ao atraso das forças produtivas e a opressão nacional e social. O desenvolvimento desigual da economia capitalista não é obstáculo para que as transformações socialistas ocorram nas semicolônias. Pelo contrário, a portentosa penetração imperialista nestas semicolônias é um fator de maturação das condições objetivas imprescindíveis para a revolução”.

III. A definição das classes e a identificação do proletariado como a classe revolucionária entre a maioria oprimida é fundamental para a orientação programática. Tratou de um aspecto exaustivamente estudado pelos poristas. No Brasil, o campesinato continua a ser uma força social que necessariamente se unirá ao proletariado na luta pela tomada do poder, expropriação da grande propriedade dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. Eis por que o programa da revolução proletária implica a aliança operária e camponesa. Vejamos alguns desses aspectos:

“O Brasil capitalista semicolonial está conformado por uma grande maioria explorada e uma minoria exploradora. O processo de concentração de propriedade dos meios de produção e de acúmulo de riquezas formou uma vasta massa empobrecida de operários, camponeses e pequena burguesia urbana. No cume das classes, está a camada mais elevada da burguesia nacional entrelaçada com o capital internacional, o que a liga diretamente com a burguesia imperialista, servindo de correia de transmissão para a opressão nacional. Subordinada a ela, logo abaixo, estão milhares de médios e pequenos capitalistas, que, na estrutura concentrada e centralizada de terra, indústria, comércio e capital financeiro, raramente podem ascender às camadas mais altas”. (...)

“A luta de camponeses pela terra é parte constitutiva da estrutura agrária, tendo suas remotas raízes na fase decadente da colônia. O conflito permanente entre as tendências concentracionistas do latifúndio e a conservação das pequenas e médias propriedades marcam as relações no campo e entre o conjunto das classes”. (...)

“Mesmo com a quase extinção das nacionalidades indígenas, se mantém a opressão nacional e social às reduzidas tribos existentes. (...) A exploração dos indígenas, uma parcela ainda semiselvagem, e o conflito de terras são parte da estrutura econômica e social do país”. (...)

“Nos grandes centros urbanos, concentra-se um desenvolvido proletariado, envolvido por uma massa de assalariados da pequena burguesia. Juntamente com o avanço da industrialização e urbanização, cada vez mais crescentes, forma-se uma classe média vinculada a serviços, cujo peso social é importante”. (...)

“As mais diferentes camadas de classe que se entrelaçam e conformam a estrutura social da economia expressam a coexistência da forma capitalista dominante com as formas atrasadas pré-capitalistas, cujo maior peso se localiza no campo restritamente industrializado e limitado a poucas regiões”. (...)

“A oligarquia latifundiária, penetrada pelos interesses do capital financeiro internacional, que controla gigantescas extensões territoriais, caminha no sentido de liquidar parte dos posseiros e pequenos produtores. A constituição de um grande contingente de sem-terra é fruto desse fenômeno. A luta entre as massas empobrecidas e a oligarquia latifundiária é histórica, faz parte da constituição da economia semicolonial e de classes”. (...)

“O bloqueio semicolonial ao desenvolvimento equilibrado e homogêneo das forças industriais agigantou o proletariado no Sudeste e o atrofiou nas demais regiões, a ponto de no Centro-Oeste esse estar em fase incipiente. Ainda que o proletariado brasileiro se ressalte perante os demais países latino-americanos, frente ao proletariado internacional, representado pelas forças capitalistas centralizadas pelo imperialismo, é pouco desenvolvido”. (...)

“Das classes sociais exploradas, o proletariado fabril ocupa posição diametralmente oposta à classe capitalista. Encarna as forças produtivas modernas do modo de produção burguês. Espelha a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. Expressa o choque irreconciliável entre capital e trabalho. Por seu lugar nas relações de produção e exploração capitalista do trabalho, desenvolve cotidianamente a luta instintiva contra a opressão social e tende a se projetar nacionalmente em luta política”. (...)

“O proletariado fabril se distingue, pela posição social no processo de produção capitalista, das demais camadas de assalariados e oprimidos. (...) Por essa posição, o proletariado expressa também as contradições existente entre a nação oprimida e as nações opressoras, que condicionam o atraso e a miséria do país semicolonial. (...) A luta do proletariado contra a burguesia nativa se reveste de conteúdo nacional anti-imperialista. Dada a sua existência no país semicolonial, é por excelência a classe revolucionária anti-imperialista e anticapitalista”. (...)

“A possibilidade histórica do proletariado reunir atrás de si a maioria explorada da cidade e do campo o destaca como classe revolucionária, por se constituir como parte do proletariado mundial, poderá levar as demais classes exploradas a protagonizar os objetivos internacionais da revolução socialista”.

É importante assinalar que os pontos programáticos acima são expostos de acordo com o processo histórico de formação do Brasil colonial e sua transformação em país capitalista semicolonial. É necessário, também, ter em conta que esse ponto do programa (ponto III - As classes sociais e o proletariado revolucionário) descreve e analisa a situação de cada região do país. Procura evidenciar o movimento integrado e contraditório da evolução das classes no processo econômico e dos conflitos sociais. A definição do proletariado como a classe revolucionária por excelência estabelece a linha geral do programa da revolução socialista. Embora tenha havido importantes mudanças com a agroindústria, ou seja, com a industrialização no campo, o campesinato continua sendo uma classe oprimida, que necessita aliar-se ao proletariado para combater a velha oligarquia latifundiária e a nova oligarquia agroindustrial. A aliança operária e camponesa mantém sua completa vigência.

Observação: Devido ao espaço limitado no Jornal, daremos continuidade no próximo número do Massas.

Nesta edição:

Palestina - Sindicato realiza protesto contra os assassinatos de jornalistas na Faixa de Gaza; Carta aos Sindicatos dos Jornalistas;

Bolívia - Pela autodeterminação do povo palestino!; A surpreendente vitória do capitão Lara; Queda e esgotamento político da impostura masista; Réquiem para o M.A.S.; Viva o voto nulo e branco!;

Alemanha - Tribunal alemão declara os ensinamentos de Marx inconstitucionais;

85 anos do assassinato de Trotsky 87 anos da IV Internacional ; 33 anos do URSS - "Os Soviéticos".

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Palestina

Sindicato realiza protesto contra os assassinatos de jornalistas na Faixa de Gaza

No dia 28 de agosto, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo realizou uma manifestação na avenida Paulista, para denunciar o genocídio do povo palestino, em especial os assassinatos de jornalistas.

No dia 25, um duplo ataque (um segundo ataque contra jornalistas e socorristas que estavam cobrindo o bombardeio que acabara de ocorrer no Hospital Nasser) matou mais cinco jornalistas. Esse episódio se soma ao

assassinato de mais de 250 jornalistas, que cobrem a dramática situação dos palestinos na Faixa de Gaza e explicita a ação deliberada do Estado sionista para ocultar o genocídio.

O POR participou da manifestação com a declaração a seguir. Os fatos têm dado total razão à defesa porista de que somente a luta com independência de classe poderá fazer frente à ação sionista, apoiada pelo imperialismo estadunidense. O máximo

que faz a burguesia, dona dos meios de comunicações, é lamentar a morte de seus jornalistas e denunciar que essa é a guerra que mais matou jornalistas em toda a história, mas não age de fato no sentido de combater o genocídio. Aí está o porquê dos jornalistas e os demais trabalhadores terem de confiar em suas próprias forças e lutar por erguer a frente única anti-imperialista, como forma de combater as atrocidades cometidas pelos sionistas.

Carta aos Sindicatos dos Jornalistas

Cabe aos trabalhadores de todos os países lutarem pelo fim imediato do genocídio do povo palestino

Os jornalistas cumprem uma importante função na luta dos povos oprimidos. A notícia de que mais de duas centenas foram assassinados na Faixa de Gaza pelas forças de intervenção israelense obrigou a realização desse Ato. Na sua condição de assalariados, os jornalistas têm de se valer de suas capacidades para enfrentar situações como as da carnificina que o Estado sionista de Israel promove na Faixa de Gaza.

Sabemos que as empresas jornalísticas tendem a se colocar do lado dos opressores e, portanto, do imperialismo. Basta ver a montanha de artigos que, em última instância, justificam os bombardeios e a ocupação militar de um território praticamente desarmado e sem meios organizacionais de resistência. Repetem e repetem que a responsabilidade é do Hamas, por se tratar de um grupo "terrorista".

No início da intervenção das Forças de Segurança de Israel, era possível disseminar essa caracterização, desvinculando o ataque do Hamas à história de guerras, repressões, cercos, prisões em massa, massacres, expulsões e ocupação territorial da Palestina. Era possível à imprensa venal desvincular a operação do Hamas que provocou 1200 mortes de israelenses e levou ao aprisionamento de 251 reféns, em 7 de outubro de 2023, do fracassado acordo de Oslo devido às ações militares de Israel. Essa mesma imprensa serviu de instrumento para que o Estado de Israel acusasse de antissemitismo toda e qualquer crítica e resistência à política de guerra e expansão territorial contra os palestinos.

Certamente, os jornalistas na condição de assalariados se veem submetidos à linha editorial da empresa. É claro que não faltam jornalistas formados na mentalidade sionista.

Nota-se que diante da carnificina que atingiu cerca de 65 mil palestinos, sendo em sua maioria de crianças, velhos e mulheres, tem ficado mais difícil a defesa aberta das posições israelenses de que a guerra prolongada se justifica em nome da preservação existencial do país. O Hamas está virtualmente derrotado em uma Faixa de Gaza transformada em ruínas, com uma população desabrigada e jogada de um lado para outro, bem como mergulhada na fome.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



Israel rompeu o primeiro acordo de cessar-fogo, calculando que seu objetivo é o de assumir o total controle da Faixa de Gaza, de forma a impor sua anexação ao lado da já semi-anexada Cisjordânia. Recentemente, o governo de Netanyahu decidiu ir às últimas consequências com a ocupação militar do pouco que resta do território palestino.

A prepotência como agem as Forças de Defesa de Israel, não só na Faixa de Gaza, mas em todo o Oriente Médio, só se sustenta porque os Estados Unidos alicerçam o sionismo e têm o Estado de Israel como seu enclave. No dia 27 de agosto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reclamou que Israel cesse fogo imediato, incondicional e permanente, que se abra o território para a entrada de alimentos e que o Hamas liberte os reféns. Mais uma vez, os Estados Unidos se colocaram pela continuidade do genocídio, agora sob o governo Trump.

Logo fica evidente que a demagogia dos dois Estados propagandeada por países imperialistas da Europa não se sustenta um só minuto. A imprensa tem espalhado essa farsa para justificar a liquidação do Hamas, que é a única força de resistência, que mesmo destruída, se mantém viva em meio ao heroísmo dos palestinos da Faixa de Gaza.

Dessa situação, ressaltam o silêncio e a passividade dos sindicatos dos jornalistas. O último ataque do exército israelense objetivando assassinar e aterrorizar os jornalistas, que cobrem a barbárie na Faixa de Gaza, deixou 5 mortos. Estima-se que já morreram 246 profissionais da informação, em pouco menos de dois anos de guerra.

Diante de um quadro tão catastrófico para os trabalhadores da imprensa, é sintomático que os sindicatos não tenham reagido prontamente, em nível nacional e mundial. A explicação mais provável desse imobilismo se encontra no fato de que a burocracia sindical dirigente se acha prostrada perante o poderoso movimento sionista, amparado pelas potências imperialistas, quando não em governos de países semicoloniais. No caso contrário, bastou que o

governo Lula condenasse o genocídio e exigisse o cessar-fogo para que fosse acusado de antissemitismo.

Esse ato convocado pelo Sindicato de Jornalistas de São Paulo, motivado pela matança de jornalistas no dia 26 de agosto, deve ser um passo de rompimento com a orientação geral pró-sionista das empresas jornalísticas. Estão colocadas novas manifestações organizadas pelo Comitê de Defesa dos Palestinos, exigindo a total liberdade dos profissionais da imprensa adentrarem na Faixa de Gaza e exercerem a completa liberdade de informar e criticar o genocídio.

Não há dúvida de que os jornalistas mortos foram alvos premeditados de assassinatos. Fazem parte dos mais de 64 mil palestinos mortos.

Desde o início da ocupação da Faixa de Gaza, o Partido Operário Revolucionário (POR) tem participado do Comitê de Defesa do Povo Palestino e lutado pelo fim do genocídio e direito do povo palestino à autodeterminação. Baseado no desenvolvimento histórico desde a implantação do Estado de Israel em 1948, tem desenvolvido a linha de unidade do povo judeu e palestino na luta por uma República Socialista da Palestina, como parte da tarefa histórica de unir os povos sob uma República Socialista do Oriente Médio.

Neste Ato de condenação aos assassinatos dos jornalistas, cabe ao sindicato se colocar por uma campanha nacional e internacional pela imediata retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza e pelo fim de toda colonização da Cisjordânia! Cabe a este Ato, denunciar e combater os Estados Unidos como os principais responsáveis pelo genocídio.

Sobre a base dessas bandeiras, colocar em marcha a constituição de uma frente única anti-imperialista.

Não ao genocídio do povo palestino! Pela autodeterminação das nação oprimida!

28 de agosto de 2025

Bolívia

Publicamos a Resolução sobre a intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza, aprovada no 51º Congresso do POR da Bolívia

Pela autodeterminação do povo palestino!

1. A eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos não mudou, no fundamental, a diretriz do ex-presidente Joe Biden em relação ao apoio ao Estado sionista de Israel. Os democratas acobertavam o genocídio do povo palestino com a farsa dos dois Estados, montado no acordo de Oslo por Bill Clinton. Israel desconsiderou os seus termos e deu continuidade ao objetivo do expansionismo territorial, que desde a implantação do Estado sionista, em 1948, se realizou por meio de violência colonialista e de guerras de dominação.

2. Com o acordo de Oslo, a Organização para Libertação da Palestina (OLP), chefiada por Yasser Arafat, se impôs uma traição histórica ao povo palestino, cujo direito à autodeterminação foi esmagado pela força do cerco econômico e das armas. A divisão entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia serviu aos interesses dos Estados Unidos e à estratégia sionista de anexação.

3. A resistência dos palestinos à decisão da ONU de estabelecer o Estado sionista resultou na guerra de maio de 1948, cujos antecedentes de ações armadas dos sionistas indicavam que não seria possível implantar o Estado de Israel pacificamente. O conflito israelense-árabe que se elevou ao topo da guerra teve como sequência as guerras de 1967 e 1973. A vitória do Estado de Israel ampliou sua capacidade de ofensiva no sentido da anexação. A contínua resistência se materializou nos levantes populares,

Intifadas, entre 1987 a 2005. A burguesia sionista conteve o movimento das massas com chacinas. Impôs maior cerco à Faixa de Gaza e à Cisjordânia. Implantou-se em 2014 o programa de colônias judaicas na Cisjordânia, movidas à base da força militar.

4. A política de guerra e de repressão contra a resistência palestina esteve alicerçada no cerco econômico e no intervencionismo totalitário à vida social na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. A utilização do atraso econômico do pequeno território e da miséria e fome da maioria dos palestinos serviu de arma para sufocar a capacidade de resistência da nação oprimida. Israel o tornou em uma prisão a céu aberto. A operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 em Israel foi expressão de uma desesperada resistência. Era o que precisava o Estado sionista para transformar a Faixa de Gaza em escombros, realizar a carnificina e impor um brutal regime de deslocamento humano. Assombra a mortandade de crianças, mulheres e velhos. O genocídio se faz aos olhos do mundo.

5. A posição de Trump de anexar a Faixa de Gaza potenciou a fração radicalmente sionista em seu objetivo de destruir a resistência do Hamas, ocupar definitivamente o território e expulsar grande parte da população para outros países. O acordo de cessar-fogo em três fases, que resultasse na entrega de reféns e soltura de palestinos prisioneiros, e que se chegasse à retirada das

tropas israelenses, não passou de um jogo montado por Trump e Netanyahu. Respondeu a pressões internas tanto em Israel quanto nos Estados Unidos, bem como a mobilizações de massa internacional. O resultado foi que a quebra do acordo por Israel serviu para as forças de ocupação na Faixa de Gaza recrudescerem a destruição e a matança, visando a anexação.

6. As ameaças de países da União Europeia, a exemplo da França e Espanha, e do Reino Unido de romper relações com Israel indicam a crescente condenação das massas exploradas ao genocídio do povo palestino. Retomaram a falácia dos dois Estados, sob a perspectiva da influência europeia sobre a Autoridade Palestina da Cisjordânia, governada pelo traidor Mahmoud Abbas Abu Mazen. Na América Latina, também houve decisão de rompimento diplomático, a exemplo da Bolívia e da Colômbia. Ocorre que nenhuma dessas reações acusa e rompe com o imperialismo norte-americano. Direções do movimento internacional palestino e boa parte das esquerdas se limitam ao democratismo, guiando-se pela ilusão de se cumprir o acordo de Oslo.

7. A guerra desencadeada por Israel sob a justificativa de direito de defesa contra o “ato terrorista do Hamas”, na realidade, emergiu nas condições das tendências bélicas mundiais e, em particular, da instabilidade no Oriente Médio e da necessidade dos Estados

Unidos firmarem sua hegemonia. A guerra na Ucrânia estremeceu a Europa e se refletiu no Oriente Médio. Há uma interligação entre esses dois conflitos que têm como pivô os Estados Unidos. É imperativo responder às guerras de dominação com o programa da revolução social. A defesa da autodeterminação do povo palestino está colocada no campo da luta contra as tendências bélicas impulsionadas pelo imperialismo sob a chefia dos Estados Unidos.

8. As bandeiras imediatas Fim da intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza!; Cessar imediatamente a matança de palestinos!; Não à anexação do resto do território palestino!; Pela Autodeterminação da nação oprimida!; Fim da dominação dos Estados Unidos e aliados imperialistas sobre o Oriente Médio” respondem ao programa da revolução social. Está posta a constituição da frente única anti-imperialista contra o genocídio e pela libertação do povo palestino.

9. A derrubada do Estado burguês de Israel é a condição para a libertação do povo palestino e realização da autodeterminação. Esse objetivo histórico implica unir os explorados palestinos e judeus em um movimento revolucionário voltado a constituir uma República Socialista da Palestina, como parte da luta pela derrocada dos Estados burgueses árabes no sentido da construção dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Bolívia

A surpreendente vitória do capitão Lara

Estamos diante de um fenômeno particular em uma situação política reacionária na qual, na ausência do proletariado com suas próprias bandeiras revolucionárias, as massas estão presas na ficção democrático-burguesa, segundo a qual o povo elege soberanamente seus verdugos pelo voto, de forma obrigatória.

O voto em Lara é fruto do descrédito a todos os políticos, inclusive de Rodrigo Paz, que participam do circo eleitoral. Por um lado, a velha direita neoliberal com sua proposta antipopular de ajuste econômico para tirar o país da crise à custa das maiorias pequeno-burguesas empobrecidas e dos explorados, e, por outro lado, o que resta da impostura do MAS, reformista pró-burguês, falso socialista, politicamente exausto.

As massas, aprisionadas na ficção democrática eleitoral, procuram em quem votar, como sendo o mal menor. No caso, o capitão Lara, companheiro de chapa de Rodrigo Paz, concorreu com a sigla emprestada ou alugada do PDC, partido que hoje está extinto, mas que manteve seu status legal no Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP).

Este capitão da polícia, Edman Lara, em 2023, começou a denunciar publicamente os atos de corrupção que prevalecem dentro da instituição policial, principalmente usando as redes sociais, adquirindo notoriedade por ter sido suspenso da Polícia, preso e até teve uma alteração com o então comandante da polícia em Santa Cruz, Erick Holguín. Apareceu perante as massas como um homem honesto em meio à corrupção generalizada que prevalece no país. Afastado da Polícia, consolidou sua presença nas redes sociais como “Capitão Lara”, onde continuou a expor cobranças ilegais e atos de corrupção.

Rodrigo Paz Pereira é um político que se define como “centro-direita”. Também neoliberal, privatizador e entreguista como Tuto, Samuel e Manfred. Com os quais, se for eleito, selará um pacto de unidade para garantir a governabilidade e a aplicação de medidas neoliberais na economia.

É fato que Rodrigo Paz deve a vitória eleitoral ao capitão Lara. O grande acerto do astuto politiquês foi tê-lo convidado para ser seu vice-presidente, pendurando-se na sua figura como símbolo de honestidade e luta contra a corrupção.

O que propõe Rodrigo Paz em seu Programa de Governo diante da crise econômica?

Vinte e três anos como político de direita, deputado do Podemos (2005-2009), senador da Comunidad Ciudadana (2020-2025) e prefeito de Tarija (2015-2020), conhecido por seus contrarrevolucionários como um politiquês, e por causa disso não ganhou em Tarija, terminando em terceiro. Carrega nas costas a acusação de corrupção pela construção milionária de uma ponte.

Ele concentrou sua campanha na luta contra o “estado bloqueado” ou burocrático, que dificulta o trabalho privado. Promete “revogar mais de 220 decretos que desordenaram a economia, como o subsídio aos hidrocarbonetos”. Propõe “liberar as exportações”, “colocar o dólar onde corresponde”. Exalta o ex-presidente Víctor Paz que, “com um único decreto, o 21.060, ordenou a economia”. No setor de hidrocarbonetos, geraria “incentivos legais e fiscais para atrair investimentos para prospecção e exploração”. Quanto à mineração, propõe “o fortalecimento do marco regulatório, a segurança jurídica para o investimento em mineração e a formalização de cooperativas”. Também propõe o fechamento ou congelamento de empresas públicas deficitárias que, segundo ele, representam um gasto de mais de 90 bilhões de bolivianos por ano. “Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, Yacimientos de Lítio Bolivianos e a Companhia Nacional de Eletricidade serão reestruturados.” O plano de governo de Rodrigo Paz é baseado na chamada proposta 50-50, que busca descentralizar a gestão dos recursos públicos. Proposta que transfere a responsabilidade de sustentar os serviços de educação e saúde para os Departamentos à custa do orçamento das prefeituras e governações. Como denunciam os professores urbanos de La Paz, descentralizar significa privatizar.

Está claro que Paz Pereira usa um discurso demagógico de aparente favorecimento aos setores despossuídos, oferecendo, junto com o capitão, o “ouro e o mouro” (promessas que não cumprirão) a todos. Anunciando que seu movimento está politicamente localizado “no centro, entre a direita e a esquerda”, no final ele propõe o mesmo que seus colegas da Aliança Livre e da Aliança de Unidade, políticas liberais, que favorecem o setor privado nacional e multinacional como resposta à crise econômica do país. Definitivamente, o conteúdo político de seu partido é burguês.

Capitão Lara, falso símbolo de repúdio à politicagem da direita neoliberal e ao masismo reformista pró-burguês

1. A votação esmagadora e surpreendente obtida pela candidatura de Rodrigo Paz é uma manifestação de protesto e rejeição dos operários, camponeses e outras camadas da classe média empobrecida contra os partidos da direita tradicional, contra seus candidatos decrépitos e contra as frações do MAS: arcistas, androniquistas e evistas.

O grande apoio que a vitória lhe deu não foi ao Rodrigo Paz e menos ainda às suas propostas neoliberais, senão ao capitão Edman Lara, valorizado por suas origens humildes, simplicidade e coragem para questionar a profunda corrupção dos altos comandos policiais, que lhe renderam a simpatia do homem comum. E que agora as massas o transformaram em um fetiche, um meio que inventaram para punir os políticos, seja à direita ou à esquerda falsamente reformista, por serem corruptos, esfomeadores e entreguistas.

Mais uma vez, as massas, sem uma direção política revolucionária, voltam a equivocarse.

2. Com os dados preliminares do SIREPRE, em 92,6% dos votos, os votos nulos são 19,3%, os votos brancos 2,43%, e somados são 21,73%. O mesmo percentual que aparecia nas pesquisas de intenções de voto antes do apelo oportunista ao voto nulo feito pelo sempre impostor Evo Morales. Ou seja, o voto nulo promovido por Evo não significou nada, um claro indicador do esgotamento político do ex-caudilho das massas, iludidas pela sua condição indígena-camponesa.

Com referência às eleições anteriores, o voto nulo como expressão de rejeição a todos os partidos políticos, incluindo Evo Morales, aumentou significativamente: de 16,8% para 21,73%.

3. Os resultados mostram que a direita ultrarreacionária não ressuscita de sua morte política em "outubro de 2003". Os direitistas não conseguem arrastar ou representar as maiorias populares do país, permanecendo com o apoio da burguesia e da classe média rica e aristocrática das cidades. Tuto, Samuel e os representantes do CAO, CAINCO, com rostos desfigurados, não conseguiam entender o que estava acontecendo, pois davam como certa a vitória de seus candidatos Tuto ou Samuel.

4. A derrota catastrófica do Movimento ao Socialismo em



suas três versões, evidencia a morte do MAS arcista [do Arce], a dissolução do movimento andronquista [Andronico] e do Evo Morales que arrasta apenas seus seguidores fanáticos sem poder constituir-se, como no passado, no líder do conjunto da nação oprimida. Os trabalhadores já viram esses falsos socialistas governarem por 20 anos. A profunda crise econômica para a qual o MAS nos arrastou mostrou que não

houve "processo de mudança" e que serviu apenas para enriquecer os dirigentes sindicais e sociais dos Amarra-huatos. O reformismo pró-burguês fracassou e essas eleições marcam sua retirada. Em sua agonia, com suas lutas internas por ambições pessoais, acabaram fertilizando o terreno para que as correntes políticas de direita assumissem o controle total da Assembleia Legislativa. Em suma, o MAS e a burocracia sindical cooptada prepararam o terreno para que a direita retornasse ao poder em 2025.

5. Teremos um segundo turno com dois candidatos de direita: Tuto, cachorrinho de Banzer, vs. Rodrigo Paz, também político neoliberal. Caso este último vença o segundo turno, será Rodrigo Paz quem imporá sua política burguesa ao seu governo. Rodrigo Paz, para garantir a governabilidade, precisa se aliar a Tuto Quiroga e Doria Medina, o que o obrigará a criar um bloco político para impor políticas econômicas burguesas, considerando a orientação liberal que compartilha com eles.

6. Quem quer que ganhe, o pacote econômico e o porrete contra as massas com medidas neoliberais de ajuste e estabilização são iminentes, e os pobres serão os que pagarão as contas da crise econômica.

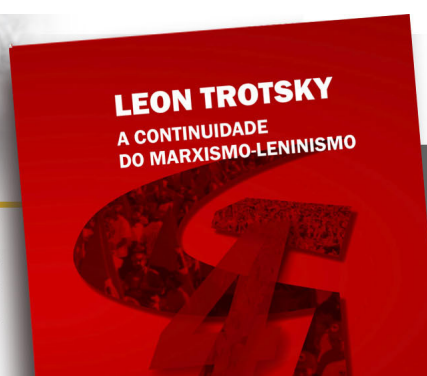
7. É necessário dar ao sentimento antidireitista das massas conteúdo político revolucionário, para recuperar a Central Operária Boliviana como instrumento de unidade nacional para enfrentar e derrotar essas políticas famintas e pró-empresariais. Recuperar a independência política e sindical de nossas organizações sindicais diante do novo governo, seja ele qual for, e recuperar os objetivos de luta do proletariado revolucionário organizado em seu Partido, o POR.

(Extraído do Jornal Massas nº 2848, órgão do partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Queda e esgotamento político da impostura masista

O fracasso do reformismo indigenista pró-burguês como resposta ao atraso pré-capitalista, à fome e à miséria

Estamos testemunhando em primeira mão a morte do Movimento ao Socialismo. À medida que os acontecimentos se desenrolam, tudo leva a crer que será neste processo eleitoral que os resultados enterrarão politicamente a figura de Evo Morales e Luis Arce.

Hoje, as massas esgotaram sua experiência sob a impostura indigenista do governo do MAS. Morales e Arce carregam o fardo da corrupção e da incapacidade para conjurar os efeitos da crise capitalista sobre as maiorias oprimidas do país. O mal chamado “modelo econômico social plural comunitário” não significou nenhuma mudança essencial e nada mais era do que a roupagem “andino-amazônica” do velho capitalismo atrasado e em crise da Bolívia do passado.

Conclui um ciclo político pró-burguês e reformista que abrigava a ilusão e as esperanças de que o primeiro governo com um indígena como presidente transformaria a Bolívia. As massas experimentaram em sua própria carne que sua realidade não mudou após este “Processo de Mudança”.

Os camponeses não acreditam mais que o MAS é uma resposta à opressão sofrida por suas nacionalidades, então eles estão

mais uma vez levantando sua demanda por autodeterminação para aimarás, quíchuas e tupiguaranis. A substituição do Estado republicano branco e racista pelo Estado Plurinacional não realizou a libertação das nações oprimidas, nem resolveu o problema da pequena propriedade, a causa última da pobreza da população rural. Em vez disso, o que se presenciou foi apenas um manuseio demagógico de símbolos e expressões culturais em ambientes estatais, sem tocar um fio de cabelo na ordem econômica e jurídica burguesa, assentada na base econômica capitalista atrasada da sociedade boliviana.

Após duas décadas de governo, o indigenismo reformista e pós-moderno não resolveu a extrema pobreza em que estão imersas as maiorias do campo e das cidades, nem o desemprego agudo e os baixos salários. Tampouco industrializou o país, de forma a superar a dependência do extrativismo rentista de nossa economia, derrotando o atraso pré-capitalista nas cidades e no agro. Nem pôde nos libertar da sujeição aos interesses e à vontade do capital imperialista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2848, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Réquiem para o M.A.S. Evo impostor até no túmulo

O MAS chegou ao poder em um momento de rebelião das massas contra o neoliberalismo do governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, que privatizou todas as empresas estatais, vendendo-as para sob a alegação de capitalizá-las, entregando o gás às multinacionais com o objetivo de exportá-lo para os EUA através do Chile.

A rebelião popular em defesa do gás para os bolivianos tirou o gringo entreguista do poder. Mas, essa vitória das massas levou ao apoio majoritário do povo à figura de Evo Morales por causa de sua condição indígena-camponesa com a ilusão de que um camponês indígena no poder seria nada menos do que o início da libertação das grandes maiorias indígenas do país, após 500 anos de opressão pelos colonizadores espanhóis e seus descendentes crioulos.

Isso foi consequência da ausência da política revolucionária no movimento operário que, após o golpe gorila de Banzer contra a Assembleia Popular e a subsequente realocação da mineração pelo governo de Víctor Paz Estenssoro, retrocedeu na sua luta pelo estabelecimento de um governo operário-camponês, como foi colocado pela Assembleia Popular, sendo arrastado pela esquerda reformista para a ideia da luta pela democracia burguesa.

A miragem do MAS se impôs fazendo com que o movimento operário e as massas oprimidas fizessem ouvidos moucos à advertência do POR sobre o conteúdo pró-burguês da proposta política de Evo Morales de respeito e apoio à grande propriedade privada burguesa e à exploração dos recursos naturais pelas multinacionais convertidas em “parceiras e não patroas” do Estado.

Uma dura batalha ideológica e prática teve de ser travada para ajudar a desmascarar o MAS, a esquerda reformista e o indigenismo pós-modernista como instrumentos da burguesia e do imperialismo para controlar a rebelião popular.

Somente o POR combateu a impostura do MAS a partir do pólo revolucionário, vaticinando que o destino do MAS era concluir como um instrumento da burguesia e do imperialismo, afundado no pântano da corrupção da politicagem burguesa.

Os resultados das eleições em que os estilhaços do MAS (o evismo, abrigado no Chapare, o androniquismo e o arcismo) são os grandes perdedores, são a lápide do túmulo do MAS.

Nas pesquisas de intenções de voto anteriores às eleições, antes de Evo pedir o voto nulo, o voto nulo e branco era da ordem de 21%, superior ao dos candidatos. Na contagem oficial preliminar, o voto nulo e branco é de 21,73%

Em outras palavras, a manobra oportunista de Evo Morales de tentar se agarrar à corrente pelo voto nulo não lhe aportou nada.

Apesar disso, o impostor, desde sua rádio Kausachum Coca, reivindica o voto nulo com poses triunfalistas. Gênio e figura até o túmulo.

O voto nulo ou branco é uma expressão do profundo desencanto das massas com as promessas eleitorais que a burguesia inútil oferece, da convicção de que as eleições não resolvem nada. É, podemos dizer, o voto duro consciente do desencanto geral das massas oprimidas.

Tanto Rodrigo Paz quanto Tuto Quiroga (ambos candidatos de direita) terão de enfrentar a resistência das massas às suas medidas de ajuste econômico, contra as grandes maiorias empobrecidas.

O que corresponde é organizar essa luta de resistência das massas à política burguesa de descarregar o peso da crise nas costas do povo faminto.

O POR é a direção consciente entrelaçada aos instintos nas massas e particularmente no movimento operário, e nossa função é dar conteúdo político revolucionário à luta dos explorados contra a burguesia incapaz de superar o atraso e a miséria do país.

Bolívia

Viva o voto nulo e branco!

*Fracassou a manobra oportunista de Evo Morales
para reivindicar o voto nulo e branco*



Nas pesquisas de opinião, antes da convocação do voto nulo por parte de Evo, os votos nulos e brancos eram de 21%. No resultado oficial do Órgão Eleitoral Plurinacional, com 83,6% dos votos apurados, os votos nulos e brancos somam 20,6%.

“Evo Pueblo” não contribuiu em nada para os votos nulos ou brancos.

No entanto, por meio de sua rádio Kausachum Coca, comemorou como uma vitória, atribuindo-se esses votos.

Estamos diante da morte política do cacique e do MAS. Mas, o impostor não se resigna. Agora, os seus colegas anunciam uma reunião ampliada para discutir possíveis apoios a Rodrigo Paz.

Gênio e figura até no túmulo.

O voto nulo é uma rejeição a Evo, aos falsos socialistas e à velha direita neoliberal, ou seja, a toda a politicagem e sua democracia burguesa inviável.

Cabe ao Partido Operário Revolucionário ajudar a organizar os explorados, dando conteúdo político revolucionário ao repúdio das massas à politicagem burguesa. Recuperar a independência política e sindical das organizações matrizes do proletariado: a COB, a FSTMB, as COREs, a Confederação e as Federações de Fábricas, a Confederação dos Professores Urbanos etc. Depurar do seio da classe operária os burocratas vendidos, traidores de sua classe. Organizar quadros revolucionários que expressem a política de luta pelo governo operário-camponês, objetivo estratégico indicado pela Tese de Pulacayo, pela Tese do IV Congresso da COB e pela Assembleia Popular.

A surpresa: o voto no capitão Lara

À sua maneira, a surpreendente votação no capitão Lara (não em Rodrigo Paz), que ganhou notoriedade como homem honesto por denunciar a corrupção dentro da polícia e arcar com as consequências, é também uma forma elementar, embora equivocada, de expressar o repúdio à corrupção política burguesa.

(Extraído do Jornal Massas, nº 28248, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Alemanha

Tribunal alemão declara os ensinamentos de Marx inconstitucionais

Um tribunal de Hamburgo, na Alemanha, declarou em uma decisão referente a um grupo de leitura de Karl Marx que os ensinamentos de Marx podem ser contrários à “ordem básica democrática livre”. Em 8 de abril, o “Fórum da Escola Marxista de Política e Cultura” (Masch) venceu uma ação contra a Agência de Proteção da Constituição (LfV) no Tribunal Administrativo de Hamburgo.

A Agência de Proteção da Constituição é a agência federal de inteligência doméstica da Alemanha encarregada de coletar informações sobre “esforços contra a ordem básica democrática liberal, a existência e a segurança da federação ou de um de seus estados e a coexistência pacífica dos povos”. Esta agência se reporta ao Ministério do Interior.

O tribunal confirmou sua decisão a favor do Masch, declarando ilegal sua inclusão no relatório de proteção constitucional. No entanto, o fez porque seus membros não tinham a “atitude militante ativa” necessária para efetivamente prejudicar a constituição. O Masch, existe desde 1981, e é mais conhecido em Hamburgo por seus grupos anuais de leitura sobre o primeiro volume da obra O Capital de Marx.

Segundo o tribunal, a razão pela qual isso é problemático é a seguinte: “A teoria social criada por Marx pode conter incompatibilidades em pontos fundamentais com os princípios da ordem básica democrática livre”. Na avaliação do advogado do Fórum, isso representa uma ameaça a todos os círculos de leitura de Marx na Alemanha. “Qualquer associação que se refira principalmente a Marx pode, portanto, se tornar alvo de vigilância”, afirma o advogado.

Antes disso, o jornal Junge Welt, em março de 2022, havia perdido uma ação contra o Estado alemão para ter o jornal retirado do relatório sobre a proteção da constituição. As autoridades alemãs o caracterizam como um meio de comunicação de extrema esquerda, hostil à ordem constitucional. Este jornal foi publicado pela primeira vez em fevereiro de 1947 no Setor Soviético de Berlim. O jornal se tornou o jornal oficial do Conselho Central da Juventude Alemã Livre (FDJ), a organização juvenil comunista, em novembro de 1947. Após a reunificação da Alemanha e a dissolução efetiva da Juventude Alemã Livre, foi relançado em 1994, como jornal diário esquerdista da Alemanha. A nova equipe editorial incluía autores da Alemanha Oriental e Ocidental de diferentes facções de esquerda

Outro caso: o Partido Socialista pela Igualdade (SGP), seção alemã do Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI) perdeu uma ação contra o governo em 2021. O SGP processou o governo em 24 de janeiro de 2019, por tê-lo classificado como “extremista de esquerda”, no relatório anual da Agência de Proteção da Constituição desde 2017, e por tê-lo monitorado por meio de serviços de inteligência. De acordo com o SGP, essa decisão retoma a tradição da justiça ideológica nazista e as Leis Socialistas de Bismarck, abrindo caminho para a vigilância e a repressão de qualquer oposição ao capitalismo e ao poder estatal arbitrário.

Na sua defesa, o Fórum da Escola marxista tentou negar o que o tribunal caracterizou como sendo a doutrina marxista, ou seja, que o essencial reside no conceito de “ditadura do proletariado”, e de não aceitar a objeção do Masch, de que suas discussões se limitam a uma crítica ao capitalismo. Citando o site da associação, o tribunal observa que o objetivo da associação é “transformar completamente o sistema econômico, o Estado e a sociedade”. O Masch argumentou que “isso é um completo mal-entendido”. “O tribunal está agindo como se os textos de Marx tivessem sido escritos ontem”, para concluir afirmando que Marx pode “ser absolutamente entendido como um democrata”, quando não se refere apenas ao panfleto do Manifesto Comunista.

Já o SGP fez uma defesa das liberdades democráticas. “O Partido Socialista pela Igualdade, na tradição do marxismo revolucionário, luta para conquistar a maioria da população para a transformação socialista da sociedade. Defendemos os direitos democráticos fundamentais e lutamos por sua plena implementação, abolindo a propriedade privada dos meios de produção e democratizando a economia”. “Os direitos democráticos fundamentais neste país foram conquistados quase exclusivamente pelo movimento operário revolucionário [...] ... foram os social-democratas marxistas que se opuseram ao sistema de votação prussiano de três classes, e foi somente a revolta revolucionária de trabalhadores e soldados em 1918 que finalmente alcançou eleições livres e igualitárias na Alemanha”. “Quando todos os partidos burgueses apoiaram a nomeação de Hitler como Chanceler do Reich e sua ascensão ao poder como ditador, na esperança de que ele esmagasse o movimento sindical, apenas o SPD e o KPD se opuseram. E foi Leon Trotsky quem defendeu veementemente uma frente única dos dois partidos operários para deter o fascismo”.

Denunciou finalmente que: “A própria Agência de Proteção da Constituição está intimamente ligada a redes terroristas de extrema direita, que financia e controla em parte por meio de informantes. Embora os líderes dessas redes estejam, em grande parte, foragidos, suas estruturas permanecem intactas, a agência de inteligência está tomando medidas contra grupos de esquerda e socialistas.

Como se vê, é uma escalada repressiva que vem se desenvolvendo há algum tempo e se combina com o avanço da onda reacionária que se espalha inclusive nas grandes potências, outrora autodenominadas de “democracias”. Uma das características dessa



onda é a utilização do judiciário para reprimir os movimentos contestatários e o abandono de qualquer escrúpulo formal na hora de atacar as organizações políticas e sindicais. Certamente é o reflexo da agudização da crise capitalista manifestada na forma de ataque às liberdades democráticas.

No caso específico, a Alemanha, principal potencia europeia, vem perdendo importância no quadro da política e economia mundiais, encabrestada que foi pelos EUA, colocando-a no enfrentamento à Federação Russa. Esta situação é percebida pelos alemães a ponto de um site de discussões pela internet registrar o comentário de uma pessoa acerca da recente decisão do Tribunal de Hamburgo: “Se um homem morto há mais de 142 anos representa uma ameaça aos ‘princípios da ordem básica, livre e democrática’, essa ordem não poderia ter valido tanto assim, para começo de conversa, e é mentira, a Alemanha não é um país livre, a Alemanha é um Estado vassalo falido. Qualquer ideologia seria superior à de ser o bode expiatório dos Estados Unidos”.

O ataque centrado no conceito e na estratégia da ditadura do proletariado evidencia a ação contrarrevolucionária da ditadura da burguesia, encarnada pelo Estado capitalista e imperialista alemão. A retomada do armamentismo indica que a velha burguesia alemã se prepara para uma guerra, no caso presente, nomeadamente contra a Rússia. A classe operária alemã está mais uma vez na história do capitalismo diante da necessidade de construir o partido revolucionário que tem por estratégia a derrubada da burguesia, estabelecimento da ditadura do proletariado, a expropriação da classe capitalista e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A tarefa de reconstruir a IV internacional, aplicando nas particularidades da Alemanha o Programa de Transição, está mais do que madura. A vanguarda que estuda e divulga seriamente as obras de Marx e Engels tem o dever assimilar as experiências da luta de classes e das revoluções e contrarrevoluções na Alemanha, na Europa e no mundo, objetivando organizar o partido marxista-leninista-trotsquista. Deve tomar a frente do combate ao retorno do nazi-fascismo, desenvolvendo no seio dos explorados a estratégia da revolução proletária e do internacionalismo comunista.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



**Lições da
Comuna de Paris**
Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

FOR

Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial



85 do
assassinato
de Leon
anos Trotsky

87 da
fundação da
anos IV Internacional

Pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista!



Neste Jornal Massas e no próximo, dedicamos ao reconhecimento de Leon Trotsky em sua luta pela revolução proletária na Rússia e pelo seu enfrentamento à burocracia totalitária montada por Josef Stalin. Foi assassinado, estando confinado no México, de forma traiçoeira, a mando da camarilha de Stalin, em 20 de agosto de 1940. Sua extensa obra marxista é um guia imprescindível para a vanguarda com consciência de classe que luta nas condições atuais de

desintegração e de barbárie do capitalismo.

Um grande feito de Trotsky foi o de dar continuidade ao marxismo-leninismo. O trotskismo se confirmou historicamente por compreender e reagir ao processo prematuro do surgimento do terrorismo soviético. A confrontação entre as forças da restauração capitalista e das que encarnavam a transição do capitalismo ao socialismo se deu no campo da revolução e contrarrevolução mundiais. A sólida formação marxista e seu vigoroso trabalho no seio da revolução russa, que se despontou em 1905 e chegou ao seu auge com a luta do Partido Bolchevique, dirigido por Lênin, permitiu-lhe organizar a Oposição de Esquerda Russa, formar a Oposição de Esquerda Unificada, quando ainda não havia sido expulso do Partido Comunista Russo. Exilado em 1929, deu continuidade à defesa dos fundamentos da Revolução Russa, no campo de batalha contra o processo de restauração capitalista encarnado pelo terrorismo estalinista. Perseguido diuturnamente no exílio, mostrou uma vigorosa resistência de revolucionário talhado pelo marxismo-leninismo e temperado pela Primeira Guerra Mundial e pela guerra civil por que passou as massas oprimidas do Império Russo.

A constituição da IV Internacional, em setembro de 1938, resultou das lições extraídas da luta bolchevique contra a degeneração da Segunda Internacional e constituição da III Internacional, sob a direção de Lênin. Em maio 1943, Stalin ordenou a sua dissolução, em plena Segunda Guerra Mundial e em aliança com o imperialismo norte-americano. O assassinato de Trotsky, três anos antes, indicou a ofensiva sangrenta contra os marxista-leninistas, que se levantaram em defesa dos fundamentos da Revolução Russa, desde 1923 e 1924, entre eles o internacionalismo proletário. A IV Internacional expressa o ponto mais alto do enfrentamento entre a contrarrevolução e a revolução. O Programa de Transição dá continuidade ao programa da III Internacional, elaborado nos seus Primeiros Quatro Congressos.

Nesses 87 anos de fundação da IV Internacional e 85 do

assassinato de Trotsky, persiste a crise de direção que emergiu no terreno da contrarrevolução restauracionista. O Partido Operário Revolucionário (POR) em mais uma manifestação de reconhecimento da luta dirigida por Trotsky encarna a tarefa de superar a crise de direção, que exige a sistemática assimilação do tronco histórico forjado pelo marxismo-leninismo-trotskismo.

A liquidação da III Internacional indicou que a vitória da burocracia estalinista contra a Oposição de Esquerda levaria fatalmente à destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em dezembro de 1991, pela contrarrevolução restauracionista. A burguesia imperialista se valeu desses profundos retrocessos históricos para afirmar a dominação dos Estados Unidos, que se estruturou após a Segunda Guerra Mundial.

A quebra da URSS foi fundamental para que as forças restauracionistas se manifestassem e se projetassem na China. Não há dúvida que o imperialismo não fez senão aprofundar e alimentar as contradições do capitalismo em decomposição. Não demorou para que caíssem as ilusões sobre a possibilidade da coexistência pacífica e da paz ditada pelas potências vencedoras da Segunda Guerra.

Nesse momento em que a vanguarda com consciência de classe mantém no alto a bandeira de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, avançam as tendências bélicas, impulsionadas pelas mesmas potências que levaram às duas guerras mundiais. Em meio à guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, envolvendo a Europa e o Oriente Médio, emerge objetivamente o programa da revolução social e do internacionalismo proletário consubstanciados na III Internacional da época de Lênin e da IV Internacional, dirigida por Trotsky.

A classe operária e sua vanguarda marxista-leninista-trotskista estão diante da tarefa de superar a crise de direção e retomar a ofensiva da luta de classes no sentido da derrocada da dominação imperialista e da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) vem trabalhando nesse sentido.



Viva a IV Internacional!

Trotsky vive na luta contra a restauração capitalista e na luta pela revolução mundial!

Abaixo publicamos uma síntese dos acontecimentos que levaram à constituição da Oposição Unificada e a trágica vitória da burocracia estalinista, que aplinou o caminho do termidor e da restauração capitalista. Expusemos a trajetória realizada pelo jornalista e escritor Heinz Abosch, em seu livro “Crônica de Trotsky. Dados sobre sua vida e sua obra”. Embora na forma de síntese, evidencia graficamente os principais momentos de choque entre Trotsky e Stalin. Traduzimos apenas o ano de 1927. No próximo Jornal Massas, daremos continuidade expondo os acontecimentos de 1938, momento da fundação da IV Internacional.

Notas sobre Trotsky

1927

Janeiro-fevereiro: “Agravam as divergências no seio da Oposição, em relação à política comunista na China. Apoiando-se nas teses da revolução permanente, Trotsky define a classe operária como a força motriz mais importante”.

Março: “Trotsky expressa sua vontade de colocar a questão da China no Comitê Central. ‘Como se pode calar quando está em jogo nada menos do que a vanguarda do proletariado chinês?’. Em uma carta ao Politburo, ataca a sua atuação na China”.

Abril: “Trotsky defende a formação de soviets como contrapeso ao partido nacionalista Kuomintang. Chiang Kai-shek aniquila os comunistas de Shanghai. Diz Trotsky: ‘Mas a espada de Chiang Kai-shek tinha cortado o cordão umbilical que ainda nos mantinha unidos ao poder. A seu aliado russo Stalin, que já não tinha nada a perder, não lhe restava outro remédio senão completar a repressão ao movimento operário de Shanghai, afogando nosso movimento de oposição’.

Maior: “Trotsky analisa minuciosamente a atuação de Stalin a respeito do problema chinês. ‘A derrota sofrida em abril pela revolução chinesa constitui não só uma derrota da linha oportunista, mas também dos métodos da direção burocrática que apresenta ao partido decisões com fatos consumados’. A luta em favor de sua independência travada na China oprimida pelo imperialismo alcançou grandes progressos, mas nem por isso se justificava uma aliança com a burguesia: ‘por considerável que seja o peso específico dos elementos tipicamente ‘feudais’ no seio da economia chinesa nada impede que sejam eliminados pela revolução; isto é, não subscrevendo um pacto com a burguesia, mas sim lutando aberta e diretamente contra ela’. Nesse sentido, Trotsky considera imprescindível a independência do Partido Comunista e a constituição de soviets”.

“O Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) lamenta que os debates devam manter-se em segredo e a proibição de adotar atitudes oposicionistas. Posteriormente, passa a atacar a política oficial em relação à China e rejeita uma coalizão com o regime esquerdista do Kuomintang de Wuhan. O temor a uma guerra facilitaria se chegar a um acordo no Partido Comunista Russo: ‘Repito, os últimos anos nos demonstraram a possibilidade de levar a cabo um determinado trabalho conjunto, a despeito de nossas diferenças de critério’. Stalin está seguindo ‘a linha da indecisão, da contínua oscilação entre tendências direitistas e esquerdistas, o que explica que na atualidade apoie os pontos de vista da direita. O perigo crescente de uma guerra obrigaria Stalin a definir-se’.

“Krupskaia escreve no Pravda: ‘A oposição ... foi demasiado longe em seu trabalho de crítica’.

“O Pleno do Comitê Central emite a Declaração dos quarenta e



oito, que censura a política seguida na China e qualifica a teoria do socialismo em um só país de pequeno-burguesa. Expressa, além disso, a necessidade de substituir a ‘unidade voltada à plateia’, oficial, por uma ‘autêntica unidade leninista’.

“Rompem-se as relações diplomáticas entre Londres e Moscou. Stalin manifesta: ‘Está constituindo-se uma espécie de frente unitária que abarca de Chamberlain até Trotsky’. Trotsky responde: ‘Nada facilitou tanto o trabalho de Chamberlain como a falsa política de Stalin, particularmente na China’.

“Trotsky escreve que a revolução agrária deve ser feita contra o Kuomintang esquerdista: ‘A primeira atitude que devemos ter é nos liberar de compromissos, retirar os ministros comunistas que participam no governo nacional, fazendo um chamado às massas, ocupar imediatamente o país e constituir soviets’. Rechaça também a aliança camponesa proposta por Mao Tsé-Tung”.

Junho: “Os dirigentes da Oposição são desterrados nas províncias ou no estrangeiro. Na ocasião da manifestação que se organiza para festejar a viagem de Smilgas à Manchúria, Trotsky refere-se ao crescente perigo de uma guerra. Os oposicionistas são acusados de aliança com o imperialismo”.

“Trotsky escreve ao Comitê Central: ‘O caminho que se abre diante do grupo estalinista está mecanicamente traçado. Hoje mistifica nossas palavras, amanhã mistificará nossos feitos’.

“Em uma carta dirigida a Ordsonikidse qualifica de exemplar a atitude de Clemenceau: ‘O grupo de Clemenceau o poder e garante a vitória da burguesia francesa, mediante sua política consequente e saqueadora’. Somente os ‘tontos e caluniadores’ poderiam qualificar sua postura de derrotista”.

“Trotsky se defende diante da Comissão Central de Controle das acusações de violar a disciplina. Fazendo referência à revolução francesa, lhes previne sobre uma possível degeneração do Estado: ‘... o regime do Partido afoga todo aquele que pretende lutar contra o Termidor’. ‘Estamos convencidos da certeza de nossa linha que não dividamos nem por um momento de que acabará por lançar raízes na consciência da maioria proletária’. Rechaça-se a exclusão de Trotsky do Comitê Central”.

“No Pleno do Comitê Central, Trotsky declara: ‘A política híbrida e centrada não pode continuar em tempo de guerra. É necessário decidir-se pela direita ou pela esquerda. Em outras palavras, é preciso tomar partido diante do Termidor ou da oposição ... O centro estalinista forçosamente se dissolverá. Em tais circunstâncias, o partido necessita mais que nunca de uma oposição que corrija sua linha ...’ Diante do protesto de Molotov, Trotsky responde: ‘O partido os asfixiou!’ Depois de ser ameaçado de expulsão, Trotsky e Zinoviev repetem a advertência de que a direção do Partido se deixa levar por tendências termidorianas’.

Setembro: “O Congresso do partido é adiado e Trotsky e Zinoviev se dirigem ao Politburo: ‘É óbvio que o Comitê Central foge da discussão como do fogo e que não confia na capacidade de defender sua linha de atuação política em uma discussão honrada e regular no seio do partido’”.

“É proibido o jornal da Oposição Plataforma, que dali em diante será editado clandestinamente”.

“Trotsky se manifesta: ‘O grupo de Stalin decidiu não autorizar nenhuma discussão e inclusive celebrar o XV Congresso do Partido em uma reunião constituída exclusivamente pelos secretários’”.

“A GPU descobre a existência da Plataforma e acusa seu editor de estar em colaboração com um ‘oficial de Wrangel’. A Plataforma analisa a degeneração burocrática e conclui: ‘Nenhum partido na história conseguiu uma vitória tão definitiva como o nosso, que manteve por um espaço de dez anos a vanguarda do proletariado exercendo sua ditadura... Nosso dever consiste em preservar a unidade do partido em todas as circunstâncias...’”.

“Trotsky é excluído do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), acusado de ‘renegado político’. Trotsky responde: ‘Acusaram-me de ter violado a disciplina. Não tenho dúvida de que inclusive seu veredito havia sido tomado de antemão... Por que se calava a imprensa dos partidos comunistas? ... A única culpa da Oposição é ter aceitado com excessiva boa vontade o projeto dos secretariados estalinistas, que, definitivamente, se revelaram como uma calamidade para a revolução... Aquele que conhece a história sabe bem que o caminho dos usurpadores está semeado de falsas acusações’”.

“Smirnov Mratchkovski, Ievguêni Preobrajenski e Aleksei Serebryakov são expulsos do Partido, acusados de terem organizado a edição da Plataforma”.

Outubro: “Trotsky e a Oposição responsabilizam Stalin de ter planejado um complô em colaboração com um falso ‘oficial Wrangel’: ‘Sem seu consentimento, aprovação e envolvimento ninguém teria ousado jamais difundir, nas fileiras do Partido, falsas acusações sobre a participação dos comunistas opositores em uma organização contrarrevolucionária’”.

“Em vários lugares de Moscou e Leningrado, realizam-se reuniões secretas de operários, operárias e estudantes, nas quais se congregam de 20 a 100, e às vezes 200 pessoas, para ouvir um representante de nossas fileiras. Eu costumava assistir duas ou três, e em algumas ocasiões até quatro dessas reuniões em um dia. Geralmente se realizavam em casas de operários. Imaginem duas casas pequenas abarrotadas de gente e o orador dirigindo a palavra desde a porta que comunica ambas as casas ... Em vista disso, o Comitê Central enviou uma ordem aos operários dizendo que havia dissolvido pela força as reuniões da Oposição. Essa ordem não era mais que uma máscara sob a qual se ocultava cuidadosamente uma campanha de assaltos das tropas de choque da GPU contra nós. Stalin queria um desenlace sangrento”. (MV) ‘Eu ia com Trotsky quando certa vez abandonou uma dessas reuniões realizadas em uma miserável moradia. Ao chegar à rua, ergueu o colarinho do casaco e colocou o gorro para não ser reconhecido. Voltou a ser o intelectual de outros tempos que se

movia na clandestinidade, ereto ainda depois de vinte anos de trabalho e de uma brilhante vitória’. (Serge)”.

“Durante a celebração em Leningrado do décimo aniversário da Revolução de Outubro, Trotsky é aclamado pela multidão. ‘Nossa comissão se viu cercada por um instante por um mar de cabeças. Os operários e soldados do Exército Vermelho paravam diante de nós, olhando para cima, saudando-nos...’ (MV)”

“O Pleno do Comitê Central aconselha a expulsão de Trotsky e Zinoviev do Comitê Central. O último discurso de Trotsky, interrompido por impropérios, diante da reunião: ‘A nota característica fundamental de nossa direção atual é sua convicção de onipotência dos métodos violentos – inclusive em suas relações com o próprio Partido... Ocultada por detrás dos extremistas da burocracia, se levanta, revitalizada, a burguesia nacional; por detrás dela aparece a sombra da burguesia internacional... De cada 100 opositores expulsos do Partido nascerão mil novos em seu seio. O opositor que foi excluído continua considerando-se como membro do Partido e continuará sendo... Expulsando-nos, não poderão impedir o triunfo da Oposição: será a vitória da unidade revolucionária de nosso partido e da Internacional Comunista’. Trotsky e Zinoviev são expulsos do Comitê Central, acusados de que sua atividade se achava próxima à ‘constituição de um novo partido antileninista em conexão com intelectuais burgueses’”.

Novembro: “A Oposição participa das manifestações, levantando cartazes com suas próprias bandeiras. ‘Sobre as cabeças daquela gigantesca, confusa e excitada multidão, se elevam dois grupos ativos: o da Oposição e o da burocracia. Era notório que aqueles designados pela Administração como voluntários em contraposição ao ‘trotskismo’ não eram elementos revolucionários, mas pessoas das quais muitas eram escória, e alguns inclusive fascistas. Como advertência, pelo visto, um soldado da milícia teve de disparar contra meu automóvel. Alguém guiaria sua mão... todos os que tinham olhos para ver puderam ver, naquele 7 de novembro de 1927, um ensaio do Termidor russo nas ruas de Moscou’ (MV)”.

“Trotsky e Zinoviev são expulsos do Partido Comunista da União Soviética, devido suas convocatórias em prol das manifestações tidas como contrarrevolucionárias. Kamenev, Rakovski e Smilga são excluídos do Comitê Central”.

“Joffe se suicida, escrevendo a Trotsky: ‘eu não duvidei jamais de que o caminho que você traçava era correto... Mas sempre pensei que a você faltava aquela inflexibilidade e aquela intransigência de Lênin. Aquele caráter de homem que está disposto a seguir ainda que esteja só o caminho que foi traçado porque sabe que é o único, seguro de que, cedo ou tarde, terá ao seu lado a maioria. Mas você renunciou com alguma frequência à razão que lhe assistia para submeter-se a pactos e compromissos aos quais dava demasiada importância’”.

“A Plataforma, órgão da Oposição, alcança aproximadamente 5 mil assinaturas quando se confiava em chegar a 30 mil”.

“A Oposição se declara disposta a dissolver sua organização, sempre quando o Politburo não torne efetivas suas medidas disciplinares”.

Dezembro: “Realiza-se o XV Congresso do Partido. A Oposição não conta com nenhum delegado com direito a voto. São expulsos 75 membros da Oposição, entre eles, Kamenev, Piatakov, Radek, Rakovski etc.”

“A Oposição Unificada se dissolve. O grupo de Zinoviev capitula. Mil e quinhentos opositores são expulsos do Partido Comunista da União Soviética. Dois mil e quinhentos assinam declarações retratando-se”.

“Trotsky constata a existência de uma crescente ‘semioposição’”.



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Iniciamos no Jornal Massas 743 o estudo da Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo

estalinista que dava seus primeiros passos. No Massas 744, expusemos os capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. No Massas seguinte, demos conti-

nuidade com o capítulo V “A indústria do Estado e a edificação do socialismo”. No Massas 746, fizemos a exposição do capítulo VI “Os Soviéticos”. Agora, trataremos do capítulo VII “A Questão Nacional”.

“A Questão Nacional”

Uma das manifestações do emergente burocratismo encarnado pelo estalinismo era o “espírito de um chauvinismo de Grã Potência”. Nesse terreno, se manifestava e alimentava o nacionalismo expresso pela camada burguesa que procurava se fortalecer em contraposição ao curso da transição do capitalismo ao socialismo. De forma que se aproveitava das vantagens da Nova Política Econômica (NEP). Nas repúblicas mais atrasadas industrialmente, aumentava a influência do capital privado, ou seja, da nova burguesia. O chauvinismo e o nacionalismo impregnavam o partido, os soviéticos e os sindicatos.

A tarefa histórica de aproximar e fundir as nacionalidades, de forma que fosse ficando para trás o passado de opressão nacional, era obstaculizada pela resistência da fração de proprietários privados. A classe operária se mantinha afastada do controle da situação. A centralização soviética se fazia, portanto, pelos meios e métodos impositivos. Velhos conflitos afloraram e alimentavam o nacionalismo.

A crítica da Oposição de Esquerda se dirigia fundamentalmente contra o chauvinismo da Grã Potência, demonstrando que continuava sendo o principal obstáculo da aproximação dos operários das diferentes nacionalidades. Em seu programa, explica e fundamenta a crítica: “A Ucrânianização, a Turquificação etc. somente podem dar o resultado desejado depois de extirpar os hábitos burocráticos e de Grã Potências nas instituições e nos órgãos da União. Somente podem dar o resultado desejado se na república nacional se conserva o papel predominante do proletariado, se nos apoiamos nas classes inferiores e nos colocamos na luta contínua e irreconciliável com o kulak e os elementos chauvinistas”. Está aí expressa a luta de classes pela qual passava o fortalecimento da União Soviética ou seu enfraquecimento.

Vejam a introdução do capítulo VII “A Questão Nacional: “o encurtamento do ritmo geral do desenvolvimento socialista, o incremento da nova burguesia na cidade e no campo, o fortalecimento da intelligentsia burguesa, o aumento do burocratismo nos órgãos do Estado, o mau regime do partido e, junto a tudo isso, o desenvolvimento de um chauvinismo de Grã Potência e de um espírito nacionalista em geral, tudo isso encontra sua expressão mais doentia no problema das nacionalidades e das repúblicas autônomas dentro da União Soviética. As dificuldades se veem redobradas pela existência em algumas dessas repúblicas dos resíduos de uma cultura pré-capitalista”.

Dessa constatação, o documento chega à seguinte conclusão: “Um apoio real aos pobres, uma aproximação da massa geral dos camponeses médios aos pobres e assalariados, uma organização desses últimos em uma força de classe independente, são de especial importância nos territórios nacionais e nas repúblicas. Sem uma organização real dos lavradores, sem a criação de cooperativas e da organização dos pobres, corremos o risco de deixar nossas atrasadas regiões orientais em sua tradicional condição de escravidão e de privar completamente as seções de nosso partido nessas regiões de membros autênticos da classe inferior. (...) A elevação das massas operárias das repúblicas e dos territórios nacionais que a Revolução de Outubro tornou possível é o motivo de que as massas aspirem a uma participação imediata e independente na vida construtiva prática”. Era preciso, assim, ter uma orientação antiburocrática clara e precisa, que levasse a uma relação construtiva entre a cidade e o campo: “1) uma atitude especialmente atenta e sinceramente fraternal das cidades para com as demandas materiais

e espirituais do campo; 2) uma resistência resoluta a toda tentativa burguesa de introduzir uma cunha entre a cidade e o campo, cultivando uma arrogância burocrática em relação aos distritos rurais, ou um ódio reacionário do kulak pela cidade”.

Esse ponto da Plataforma de Esquerda conclui com um chamado de retorno ao “ponto de vista leninista”:

“1) Esforçar-se de modo mais sistemático, mais insistente, mais doutrinária, por vencer as divisões nacionalistas entre os operários de nacionalidade diferente, em particular adotando uma atitude de consideração pelos operários ‘nacionais’ recém chegados, aumentando sua capacidade e melhorando suas condições vitais e culturais (...);

2) Voltar a examinar o plano econômico quinquenal com vistas a aumentar o ritmo da industrialização das fronteiras atrasadas e construir um plano quinquenal que leve em conta os interesses das repúblicas e dos territórios nacionais. (...);

3) Colocar em prática conscientemente a política de nacionalização do aparato do soviético e do partido, do sindicato e da cooperativa com uma genuína avaliação das relações de classe e internacionalistas. Empreender uma luta real contra a atitude dos colonizadores nas atividades do Estado, das cooperativas e outros órgãos. Abolir toda mediação burocrática entre o centro e as fronteiras (...);

4) Suprimir sistematicamente os obstáculos que oponham à união e consolidação mais completas possível dos operários das diferentes nacionalidades da União Soviética sobre a base da construção socialista e da revolução internacional (...);

5) Uma firme adoção da democracia dentro do partido em todas as repúblicas e nos territórios nacionais; repúdio absoluto da atitude de mando diante dos elementos não-russos (...), repúdio da política da divisão obrigatória dos comunistas não-russos em esquerdas e direitas; uma promoção e uma preparação mais atenta dos membros proletários, semiproletários, proletários agrícolas e camponeses (antikulaks) do partido;

6) (...) Uma luta educativa contra o nacionalismo local baseada em uma política clara e consistente de classe sobre a questão nacional;

7) Transformação dos soviéticos de nacionalidade em órgãos de funcionamento efetivo ligados à vida das repúblicas e dos territórios nacionais e verdadeiramente capazes de defender seus interesses;

8) Dar a atenção devida ao problema nacional no trabalho dos sindicatos e ao problema da criação de unidades proletárias nacionais. As questões desses sindicatos devem ser tratadas na língua local, devendo proteger os interesses de todas as nacionalidades e das minorias nacionais;

9) Não conceder direitos civis, sob nenhum pretexto aos elementos exploradores”.

Tendo em vista essas orientações, a Plataforma de Esquerda propõe a convocação da V Conferência das Nacionalidades sobre a base da representação real das classes “inferiores”. Ao mesmo tempo, defende a publicação da carta de Lênin sobre a questão nacional, “que contém uma crítica do caminho seguido por Stalin a esse problema”.

(As citações foram extraídas “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)